



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2013, da CRA, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Eduardo Suplicy e Acir Gurgacz, com a finalidade de discutir a cadeia produtiva do leite no Brasil bem como debater alternativas para estimular e fortalecer o setor com a presença dos seguintes convidados: Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que convido para tomar assento à mesa; Sr. Roberto Hugo Jank Júnior, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Leite Brasil; Sr. José Carnieli, Presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios; Sr. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque, relações institucionais e governamentais do Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal; Srª Elizabeth Nogueira Fernandes, Chefe-Adjunta de Transferência de Tecnologia da Emprapa – Gado de Leite.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo à Comissão que há sobre a mesa requerimento do Senador Waldemir Moka, subscrito pelo Senador Figueiró, que passo a ler:

Sr. Presidente, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2013 – CRA, seja convidado o Sr. Gustavo Beduschi, analista técnico-econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para participar da audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a cadeia produtiva de leite.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que, numa discussão como esta, a OCB, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras, não poderia ficar de fora. Tenho comigo que é uma entidade que representa as cooperativas e eu, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e conhecedor também que o Dr. Gustavo, que virá aqui, é uma pessoa que tem 15 anos nisso, conhece várias faces desse segmento, que é um segmento complicado e nós vamos ver no decorrer desta audiência pública.

Por isso fiz este requerimento, subscrito pelo Senador também do Mato Grosso do Sul, Ruben Figueiró, pedindo a presença e a participação da OCB. Claro que a indicação do nome do Gustavo partiu do Presidente da OCB, Márcio de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.



Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Sr. Gustavo Beduschi para tomar assento à mesa.

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

Como nós temos uma mesa com convidados, logicamente que vamos estabelecer um tempo para que cada um possa fazer suas manifestações e, se necessário, prorrogar por mais alguns minutos, porque esse assunto que vamos discutir hoje eu reputo da maior importância para o setor da economia brasileira, apesar das inúmeras dificuldades.

Gostaria, inclusive, de sugerir e propor, se for possível, que, à proporção que cada um dos convidados faça a explanação de sua tese, nós pudéssemos encontrar alguns caminhos. Gostaríamos que também, no decorrer dessas palestras, pudéssemos encontrar, por exemplo, sugestões, que cada um pudesse oferecer uma sugestão de como fazer.

Conversava há poucos instantes com os Senadores Moka e Figueiró que não é interessante para nós continuarmos a fazer audiências públicas em um setor da maior importância como o setor agropecuário brasileiro e ficar apenas em quatro paredes. Terminou aqui, terminou, uma sessão bonita, palestras extraordinárias, uma coisa fantástica. Mas, na prática, não aconteceu absolutamente nada.

Então, em comum acordo com todos os meus companheiros da Comissão, vamos, na proporção que começemos a fazer as audiências públicas – e disse isso ao Presidente do Senado ontem, na reunião com todas as comissões, para estabelecermos determinados critérios de funcionamento das comissões técnicas da Casa –, que pudéssemos, em cada momento, em cada audiência pública de qualquer que seja a comissão, tenhamos um resultado.

Resultado para encaminhamento da Casa, resultado para proposição de algumas sugestões de ordem legal e resultados de encaminhamento para os órgãos de responsabilidade do Governo. E, no caso, como nós, da cadeia do leite, o Ministério da Agricultura teve seu grande tocador de todas as políticas públicas para o setor – logicamente que há uma coisa que pode até nos ajudar no que diz respeito a esta audiência pública, que é hoje a presença do Ministro da Agricultura, que é um produtor de leite, é um daqueles que estão engajados dentro da cadeia produtiva de leite deste País.

Gosto sempre de dar alguns exemplos. Lá no meu Estado de Alagoas – queria aqui cumprimentar os meus colegas e representantes do meu Estado, Presidente das Associações de Produtores de Leite de Alagoas, capitaneado pelo Presidente da Associação do meu Estado – eu era produtor de leite, Moka, eu achava uma coisa linda o úbere de uma vaca e inventei de comprar um pedaço de terra no semiárido do meu Estado, a região própria para produção de leite. E continuei no ramo. Uns três anos depois eu disse: “Espere aí, as



informações eu tive com relação a um projeto que foi feito pelo Banco do Nordeste...” e eu então fui induzido a buscar um pedaço de recursos do Banco do Nordeste para preparar a propriedade, dotá-la de toda infraestrutura. Aconteceu que, três anos depois, você não poderia continuar produzindo o leite neste País, porque o custo de produção naquela época, na seca de mais de 15 anos passados, era da ordem de R\$0,30 a R\$0,40 e eu entregava o leite no laticínio a R\$0,20. Todo final de semana em que eu chega na fazenda, tinha que buscar dinheiro fora para pagar a folha e os insumos. No geral, não só acabei com a vacaria, como perdi a propriedade para o Banco do Nordeste, porque os juros de mercado que àquela época se aplicavam, TJLP... Esse rolo. No somatório, dão de 18% a 20%, como se paga tirando o leite com o custo de R\$0,30 e vendendo a R\$0,20? É a mesma coisa que hoje, não melhorou parece que nada praticamente, porque tenho as informações de que o custo de produção de um litro de leite está na ordem de aproximadamente R\$1,30 e o produtor está entregando no laticínio ou vendendo para os governos dos Estados a R\$1,10, R\$1,20. Como pode?

Então, nesta audiência – quero antecipadamente agradecer a presença de todos –, vamos ver se encontramos algum caminho posterior a este encontro para que possamos começar a lutar para melhorar a qualidade, melhorar a vida daqueles que vivem no campo, daqueles que vivem da produção de leite.

Agora, no meu Estado, por exemplo, aliás, no Brasil, no Nordeste todo, há uma espécie de dizimação dos rebanhos com essa terrível seca que estamos atravessando.

Mas isso conversaremos no decorrer da audiência.

Então, vamos dar a cada um dos nossos convidados 15 minutos para discorrerem sobre a sua presença aqui e depois, então, abriremos o debate para participação de S. Ex^{as}, os Srs. Senadores.

Eu gostaria de inicialmente conceder a palavra ao primeiro palestrante, Sr. Rodrigo Sant’Anna Alvim, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem a palavra O Sr. Rodrigo Sant’Anna.

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Bom dia a todos, bom dia Senador, em seu nome em nome do antigo amigo, Senador Moka, cumprimento todos Senadores presentes.

Bom, inicialmente eu queria agradecer a oportunidade desta audiência pública. Ela vem num momento extremamente oportuno, Senadores, à medida que a CNA está exatamente neste momento discutindo um pacote tecnológico para a pecuária leiteira brasileira, para a cadeia de produção de leite e derivados do País que quer, inclusive, nos próximos dias, se reunir com a própria indústria de laticínios do País para que possamos traçar algumas políticas necessárias ao desenvolvimento de forma sustentável e definitiva dessa cadeia.



Na realidade, o que CNA está procurando fazer é discutir um grande programa que torne a pecuária leiteira brasileira e a cadeia produtiva de leite e derivados no País uma atividade que não venha a passar por crises recorrentes, que não venha a pagar incêndios permanentes, mas que tenhamos, sim, um projeto que crie competitividade para essa cadeia e que possa nos inserir, assim como outros produtos do agronegócio brasileiro, no mercado internacional de forma efetiva e definitiva.

Então, vou fazer alguma avaliação com os senhores sobre o panorama do setor lácteo.

Próximo, por favor.

Nessa fala com os senhores, nós queremos desenvolver um pouco essa agenda e os números do setor do mercado lácteo de ações de desenvolvimento para o setor, que são exatamente essas que a CNA está propondo neste momento através da nossa Presidente, Senadora Kátia Abreu, que, em conversa com a Presidenta Dilma, recentemente, por uma hora e meia, apresentou o esboço desse projeto, e a nossa Presidenta pediu que ela avançasse nessa proposta e que apresentasse, então, uma proposta consolidada e que pudesse ser avaliada, já analisando, já adiantando a nossa Presidenta que ela concorda plenamente que alguma coisa deve ser feita para a cadeia de produção de leite e derivados do País.

Próximo, por favor.

Sobre a importância da pecuária leiteira brasileira eu acho que é desnecessário falar, mas, enfim, quero apenas lembrar aos senhores que há registro de produção de leite em 555 microrregiões geográficas deste País do total de 558 existentes. Portanto, o leite é produzido em praticamente todos os Municípios do País, em todas as microrregiões brasileiras.

Envolvemos quatro milhões de pessoas como mão de obra apenas na produção primária. Apresentou o sexto maior valor bruto da produção no ano passado. Então, não é uma atividade, não é uma cadeia desprezível; estamos à frente de importantes produtos do agronegócio brasileiro. A produção de leite cresceu 4,4% de 2000 a 2011, média anual. Portanto, apesar de tudo, nós estamos dando a nossa contribuição ao País e crescendo efetivamente. E, dos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, 25% produzem leite, segundo o último censo do IBGE, em 2006.

Próximo, por favor.

Somos hoje o quarto maior país produtor de leite do mundo, com 32 e já partindo para 33 bilhões de litro de leite por ano. Estamos atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China, sendo os Estados Unidos, naturalmente, o grande *player* nessa produção. A Índia produz para o autoabastecimento das pessoas. Enfim, nós sabemos da história da produção indiana, com vacas soltas pelas ruas. É um leite sem qualidade, sem foco na exportação para atender a demandas externas ao país, mas apenas para a subsistência e a alimentação dos próprios



indianos. A China vem crescendo expressivamente nos últimos anos – e, em alguns anos, mais de 20% –; comprou todas as vacas que estavam à venda no mundo nos últimos dois anos, inclusive no nosso Cone Sul, dos próprios uruguaios. É um país que pode crescer da forma que quiser na produção de leite, mas ele jamais abastecerá o país como um todo, sobretudo se houver sucesso na grande campanha que vem sendo feita pelos chineses para o aumento do consumo de lácteos, tendo em vista que os asiáticos não têm esse costume de consumo de produtos lácteos. Certamente, se 1,4 bilhão de chineses tomarem um copo de leite todo dia, vai faltar leite no mundo.

Então, o Brasil se coloca como quarto maior produtor de leite do mundo, produzindo 5,3% dos quase 600 bilhões de litros de leite produzidos anualmente no mundo.

Próximo.

Esse é o corte em número de produtores que há no Brasil. Essa foi uma pesquisa feita recentemente pela Pesquisadora Zoccal, da Embrapa Gado de Leite, aqui representada pela nossa amiga Elizabeth. O corte foi feito para os produtores que produzem até 10 litros, mas que vendem, efetivamente, essa produção, porque a grande maioria, como vemos ali, dos produtores que produzem 10 litros não vendem sua produção, mas, sim, a consome. É uma produção de autoconsumo. Mas para o IBGE, eles fazem parte do número de produtores de leite no Brasil.

Se nós fizermos o corte de 1,350 milhão de produtores de leite no País, nós cairíamos para 931 mil produtores comerciais que vendem sua produção, o que não é pouco. Se nós imaginarmos que os Estados Unidos têm um pouco mais, os americanos têm um pouco mais de 70 mil produtores para produzir 90 bilhões de litros de leite por ano, praticamente três vezes mais a produção brasileira, nós ainda temos um contingente de produtores efetivamente enorme neste País. E, certamente, com o tempo, esses números vão ser reduzidos, não obstante ter também o leite uma conotação extremamente social na maioria das pequenas propriedades brasileiras.

Oitenta por cento dos produtores de leite que produzem até 50 litros de leite – 80% dos produtores de leite que produzem até 50 litros de leite – representam apenas 26% da produção nacional. O que nós estamos dizendo é que 20% dos produtores produzem 74% da produção de leite neste País. Mas, de fato, é uma atividade social. Por isso, a Presidente Dilma, ao ser provocada pela nossa Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA, entendeu a necessidade de se fazer alguma coisa para essa atividade.

Naturalmente que esses produtores pequenos são atendidos já pelo MDA, com todas as suas políticas de crédito, de Pronaf e tudo o mais, mas, enfim, eles têm de fazer parte de um projeto maior, têm de fazer parte, sim, de um projeto que atenda e que procure desenvolver a produção de leite brasileira.



Eu digo aos senhores que um produtor sair de 50 litros de leite para 100 é muito fácil; o difícil é ele sair de 500 para 1.000 litros/dia. Dobrar a produção dos pequenos produtores é fácil. E se é fácil dobrar a produção dos pequenos produtores, é fácil dobrar a produção de 80% dos produtores de leite brasileiros e inseri-los numa atividade que possa lhes trazer melhor renda e que possa fazer com que tenham uma vida mais digna.

Próximo.

Mercado do leite.

Esse é o preço do leite pago ao produtor pelo mundo: Estados Unidos, US\$0,44; União Europeia, US\$0,45; Nova Zelândia, que é o país mais competitivo do mundo, US\$0,36. O que interessa é que o Brasil, hoje, com a produção média de R\$0,88 ao produtor brasileiro, está recebendo aí algo como US\$0,44.

Parece que nós estamos fora do foco da produção, sobretudo dos países mais competitivos, como Nova Zelândia, Argentina, Chile e Uruguai, mas eu lembro aos senhores que o real está sobrevalorizado em praticamente 30%. E se nós, então, corrigíssemos o preço do dólar em 30%, fatalmente nos incluiríamos nos produtores mais competitivos do mundo em termos de preço.

Então, pelo índice Big Mac, da revista *The Economist*, que avalia a valorização das moedas frente ao dólar, o Brasil tem a sua moeda real quase 30%, 29,2% sobrevalorizada. E isso penaliza a nós, produtores, quando a conta é feita. Ou seja, quando se divide R\$0,88 por R\$2,00 o dólar. Se dividíssemos R\$0,88 por R\$2,30 ou por R\$2,60, a conta não seria essa. E nós estaríamos, então, entre os produtores que receberiam um preço mais real, diante do mercado internacional.

Faço questão de enfatizar isso, porque fomos culpados, muito recentemente, por alguns elos da própria cadeia produtiva, de que o preço da matéria-prima leite, no Brasil, era o mais caro do mundo. Eu estou mostrando para aos senhores que isso não é verdade.

Próximo, por favor.

Custo de produção.

Calculado pela nossa Embrapa Gado de Leite, como já disse, representado aqui pela pesquisadora Dr^a Elizabeth, mostrando aí a escalada do aumento custo de produção, sobretudo no ano passado.

Se olharmos aí, recentemente, para o mês de fevereiro e compararmos o custo produção de fevereiro deste ano com o de janeiro, o mês antecedente, nós vamos ver que houve uma redução de 1,82% no custo, sobretudo em função da queda do preço das principais *commodities*, milho e soja. No acumulado deste ano, o custo é menor 1,17%, mas, num período mais recente e de tremenda dificuldade para o setor produtivo, se nós compararmos o custo de fevereiro deste ano com fevereiro do ano passado, o custo foi 23,08% maior.



Essa foi a grande crise do ano passado da pecuária leiteira brasileira, não só com um preço crescente dos produtos, principais insumos das rações, milho e soja, mas também em relação à questão da mão de obra. Aliás, mão de obra vai ser o grande gargalo nosso, vai ser a grande dificuldade nossa, não só pelo preço que vem aumentando, como o salário mínimo, a valores reais há três anos seguidos, mas também, sobretudo, pela escassez. Nós estamos ficando sem mão de obra para a atividade leiteira, que é extremamente empregadora na sua atividade, na sua produção.

Próximo, por favor.

Aqui é mostrando que, diferentemente de anos anteriores, em que o leite foi culpado como o produto que mais impactava a inflação, que nós estávamos inflacionando o mercado, essa linha vermelha são os preços do leite UHT. O leite UHT tinha, de fato, uma variação durante o período muito grande, subia muito rápido, de forma vertiginosa, da mesma forma caía muito rápido. No ano passado e no ano anterior também, esses preços se mantiveram mais estáveis, o que mostra, portanto, que a indústria não tem conseguido repassar também para o varejo os seus custos, os preços que precisava repassar para gerar lucro na sua atividade. Aliás, é uma questão que preocupa a nós, produtores, ao setor de produção primária.

Estou falando aqui em nome da câmara setorial, do MAPA, mas também como presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, portanto, representando os produtores. Preocupa-nos esta questão da crise que vem passando também a nossa indústria de laticínios no País, aliás, como não é diferente em outras indústrias.

Recentemente, a segunda maior compradora de leite no País, a LBR, que foi uma fusão de várias indústrias, entrou com pedido de recuperação judicial. A dívida dessa empresa, Srs. Senadores, segundo foi noticiado, é de R\$1 bilhão e o crédito que ela tem de PIS/Cofins é de R\$500 milhões, e ela não consegue viabilizar. Ela não consegue lançar mão desse crédito, ela não consegue, enfim, pegar, recuperar esse crédito de imposto, que poderia, não digo resolver o seu problema, mas, certamente, resolveria 50% do seu problema.

Vou ter que, agora, partir para meus apontamentos.

Outros eslaides que eu teria para mostrar aos senhores referem-se à questão da balança comercial. Esse eslaide mostra um histórico recente da nossa balança, quando nós éramos, na década de 90, o segundo maior importador de produtos lácteos no mundo. Passamos por problemas difíceis nesse momento em que dizíamos que a concorrência predatória do leite importado não permitiu o crescimento da produção brasileira. Ficamos marcando passo, em marcha lenta, durante anos, com uma produção que, de fato, não abastecia internamente o País, com 16 bilhões de litros, para um consumo de quase 20. Tínhamos que importar, mas a importação, por outro lado, não nos permitia crescer. Por quê? Porque ela vinha carregada de subsídios, de *dumping*, oriundos da Europa, oriundos da Nova



Zelândia. Nós provamos isso através de uma petição feita pela CNA ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Em 2001, foram aplicados direitos *antidumping*. E vejam os senhores que, quatro anos depois, o País passou a ser exportador efetivo, exportador líquido de produtos lácteos.

Em 2004, essa linha verde, que é a linha do saldo da balança, que sempre era negativo, passou a ser positivo.

Mas nos preocupa demais a realidade atual. A partir da crise dos Estados Unidos, de 2008, caem os preços internacionais, cai a competitividade brasileira, caem as nossas importações e, o que é pior, aumentam nossas importações e o País volta a ser deficitário e de forma extremamente violenta.

Em 2011, tivemos um déficit na balança de US\$488 milhões.

Em 2012, de US\$513 milhões, voltamos àquele cenário de importadores de leite. Portanto, é nesse sentido que a CNA procura fazer um grande projeto, para deixarmos de apagar esses incêndios periódicos e passarmos então a pensar em uma pecuária leiteira mais sustentável, mais competitiva, enfim, onde possamos crescer a produção e nos tornarmos também, no leite, um grande *player* no mercado internacional.

Próximo.

Aqui são os preços do leite no mercado internacional. Tivemos períodos de preços muito baixos, em função da crise europeia, da crise americana. Os preços despencaram a partir de 2008. Estávamos em um patamar de US\$4,5 mil a tonelada do leite em pó no mercado internacional. Depois, volta a subir; em alguns momentos cai. Mas, enfim, o que interessa, o que queríamos chamar a atenção é exatamente para esse momento agora, em que os preços no mercado internacional voltam a subir para patamares de US\$5 mil a tonelada de leite em pó, o que certamente poderá fazer o Brasil, com um pouco de esforço, mas não impossível, voltar a ser um país exportador.

O relatório do Rabobank, recente agora, diz que pelo menos nos próximos seis meses os preços no mercado internacional vão se manter altos, não por nenhum fato diferente de que falta oferta de leite no mercado internacional e, passando os efeitos da crise europeia, certamente o mundo passa a normalizar o seu consumo de produtos lácteos, que antes da crise europeia, antes da crise americana de 2008, vinha crescendo, na ordem de 4,5% ao ano, o consumo de produtos lácteos mundo afora.

O Rabobank acredita que essa situação volta a acontecer a partir deste ano.

Próximo.

E quais são então, para terminar, as ações de desenvolvimento desse setor na nossa visão?

Próximo.



Primeiro: foco na qualidade do leite.

A CNA, junto com o Sebrae Nacional, está fazendo uma grande campanha. Essa é a nossa vaquinha da *cowparade*, que foi adquirida para fazer uma grande campanha ao produtor, que ele procure se informar, procure se capacitar com foco na qualidade de leite, sem o que ele será excluído da atividade. Não há como permanecer nessa atividade se nós não nos preocuparmos em melhorar ainda mais a qualidade de leite no Brasil, que vem melhorando efetivamente desde 2005, quando aplicada a IN 51, hoje IN 62.

Naturalmente que quando falamos de qualidade, nós não estamos falando apenas da questão de contagem bacteriana, de presença de microorganismos indesejáveis, enfim, de contagem de células somáticas, de proteína; estamos falando também de um programa de controle de resíduos e contaminantes, que é inadmissível que se permita um leite com resíduos de antibiótico ou de ivermectinas, ou, enfim, de antiinflamatórios ou de carrapaticidas ou de o que quer que seja. Temos que obedecer e atender ao programa do Ministério da Agricultura, que é o PNCRC (Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes), assim como temos que nos preocupar com o Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose.

A Rússia não importa leite brasileiro, e ela é a maior importadora de leite do mundo, porque nós não temos ainda um controle efetivo de brucelose e tuberculose. Temos que nos importar com isso, temos que ser atentos a isso, temos que entender que isso é necessidade, temos que entender que questões sanitárias são indispensáveis para que possamos até fazer acordos sanitários com outros países. E é o que temos que ser a partir de agora, mais proativos, se queremos ser efetivamente um exportador de produtos lácteos para os países mais ricos, porque até então exportávamos para o norte da África, para alguns países das Américas do Sul e Central.

Enfim, temos que ter o foco também em países que são mais exigentes com relação à qualidade e às questões sanitárias.

Próximo.

Outra perna desse grande projeto que a Senadora Kátia Abreu apresentou à nossa Presidente e que nós estamos acabando de acertar detalhes dele é a questão da capacitação. A capacitação através do Leite Legal, nome que demos a esse treinamento com foco na qualidade, para atender a IN 62. Esse treinamento terá 16 horas de capacitação presencial de produtores e, depois, 4 horas de validação na propriedade de cada um dos produtores que participarem desse processo de aulas teóricas. A ideia nossa é de ir à propriedade de todos aqueles que participarem de cada um dos grupos e aplicar um *check-list* na propriedade e ver qual o gargalo de cada um desses produtores que não permite que eles atendam às exigências da qualidade do leite no País.

A meta é treinarmos, com essa parceira com o Sebrae Nacional, 81 mil produtores nos próximos anos e, naturalmente, tentarmos mais recursos,



porque, enfim, 81 mil produtores é uma parcela que, perto dos mais 900 mil produtores, não chega a 10% das propriedades em atividade.

Outro braço dessa capacitação será a exigência de que esse produtor, treinado com relação à qualidade, capacitado com relação à qualidade, participe de um curso de 40 horas do Pronatec – e está sendo criado um Pronatec Leite – para a formação em gestão da sua propriedade, bem como de outro de 14 horas, de qualificação técnica. Nós já estamos tratando disso.

Enfim, é isso tudo que estou apresentando aos senhores que a nossa Senadora Kátia Abreu apresentou à Presidente Dilma.

Próximo.

Assistência técnica.

Um grande esforço em dar assistência técnica aos produtores de leite – e, naturalmente, não apenas aos produtores de leite – vai ser um grande projeto de assistência técnica ao produtor rural brasileiro, e para começar já, assim que tivermos tudo isso formatado. O laboratório para essa assistência técnica será exatamente o produtor de leite. A nossa ideia é assistirmos 553 mil produtores de leite no País, número a que chegamos por um corte que fizemos de produtores acima de 50 litros até 500 litros. Estamos entendendo que os abaixo de 50 litros estão assistidos pelo MDA, que também está discutindo a questão da assistência técnica, e que os acima de 500 litros são produtores mais independentes que podem adquirir a sua assistência técnica. Mas, de qualquer forma, o Senar Nacional vai ser a nossa ferramenta para colocar em campo essa assistência técnica.

O Regimento Interno do Senar foi recentemente atualizado e modificado para que o Senar possa também dar assistência técnica e extensão rural aos produtores brasileiros.

Próximo.

Já terminando, para que tudo isso aconteça, nós temos que ter, então, uma política de crédito. E isso também foi conversado com a Presidente da República, no sentido de desenvolver um programa de fortalecimento da pecuária leiteira brasileira, com o objetivo de melhorar a qualidade e elevar a produtividade e a rentabilidade da atividade leiteira, alcançando maior competitividade.

Linhas de crédito para investimento, voltadas especificamente para a melhoria da qualidade do leite.

A Presidente da República pediu que a Senadora apresentasse a ela um *kit* leite, ou seja, o que é necessário para esse produtor não ser excluído dessa atividade em função da qualidade. E nós dissemos, então, que duas questões são indispensáveis: ele ter condição de refrigerar o seu leite, que é uma exigência da IN 62, e que ele tenha possibilidade de adquirir uma ordenha, por menor que seja, diante da dificuldade de mão de obra no campo.

Alimentação do rebanho é um foco absolutamente indispensável.



Eu não tenho dúvida de que as 32 milhões de vacas que existem neste País, na sua grandíssima maioria, passam fome. E, pelo o simples fato de alimentarmos essas vacas, nós podemos, num curtíssimo espaço de tempo, dobrar a produção brasileira.

A produção média no Brasil é de 4,6 litros de leite. A produção média na Argentina e no Uruguai é de 9,8 litros de leite. Assim, o nosso grande desafio é fazer com que a maior parcela dos produtores que respondem por 80% do leite brasileiro, que são os produtores de oito Estados brasileiros, alcance a média do Mercosul, ou seja, 9,8 litros. Com isso, estaremos mais do que dobrando a produção de leite desses produtores que representam 80% da produção brasileira.

Eu não tenho dúvida de que a velocidade dos resultados de uma grande campanha como essa é impressionante e, muitas vezes, imensurável. Nós não sabemos avaliar direito o resultado dessa grande campanha se ela vier a acontecer da forma como estamos apresentando aos senhores. Não podemos ainda avaliar os resultados que isso pode trazer para a produção brasileira de leite. Que o Brasil será um dos maiores exportadores de leite do mundo, eu não tenho dúvidas! É questão de tempo! Nós já o somos no açúcar, no café, na carne, no suco de laranja, no complexo soja, enfim, e seremos também no leite, Não tenho dúvidas disso.

E, para concluir, uma linha de crédito para custeio, recursos para custear todo o desembolso da atividade leiteira, o que é sempre um problema terrível para o produtor de leite. Quando ele está começando a evoluir o seu rebanho, ele tem que vender quatro, cinco, seis bezerros, duas vacas, para fazer o custeio da sua atividade. E nós, então, não conseguimos nunca deslanchar. Nós estamos crescendo, nós voltamos para trás.

Próximo, por favor.

Com relação à questão da indústria, a questão da tributação, o que certamente será falado pelos representantes da indústria.

Sobre a questão do PIS/Cofins da ração, nós estamos há anos tentando retirar esse custo da ração dos nossos animais, que representam 9,25% do preço das rações dos nossos animais. Isso, muitas vezes inviabiliza nós estarmos tratando melhor dos nossos animais.

Permitir que a indústria, enfim, acesse os seus créditos de PIS/Cofins de alguma forma, seja para pagar outros tributos, como INSS, como o próprio Refis. Enfim, a indústria deve recuperar esse crédito, porque é um crédito que diz respeito a ela, de propriedade dela, que certamente viria a resolver o problema de grande parte da indústria brasileira.

Próximo.

Por fim, o nosso foco é muito mais com ações mais proativas de fazer um projeto de médio e longo prazo para a pecuária leiteira brasileira do que de novo estarmos pedindo para controlar a importação do Uruguai, para controlar a importação da Argentina. Isso provavelmente seja necessário por um curto



espaço de tempo, até tudo isso acontecer. Mas o que nós queremos hoje é uma proposta muito mais proativa, muito mais focada na competitividade do produtor brasileiro, numa produção sustentável de todas as formas, inclusive social. Enfim, para que possamos, então, resolver de forma definitiva a questão da cadeia produtiva de leite e derivados.

Trabalhar as políticas estruturantes para o setor. De novo, não estamos apagando incêndio, mas estruturando essa cadeia de forma definitiva e integrando os elos da cadeia, sem o que nós não vamos crescer. Produtores não vão fazer crescer a sua produção sem que a indústria cresça, sem que a indústria também se consolide, sem que a indústria resolva os seus problemas tributários, enfim, e diversos que têm. Nós temos que crescer a cadeia como um todo. E, assim, cresceremos de forma sustentável.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo, pela sua explanação.

Dando sequência, vou conceder a palavra agora ao Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. NERI GELLER – Bom dia, Senadores. Eu gostaria de, primeiro, agradecer pela oportunidade e parabenizar os autores do Requerimento pela importância deste tema. Ao mesmo tempo, Senador Benedito, nos colocamos à disposição do Senado, assim como fizemos em audiência na Câmara, discutindo principalmente a questão do Plano Safra, que pode, sim, ser inserido. É muito forte essa questão da discussão da bacia leiteira, que é muito importante para poder gerar emprego, renda para o País inteiro.

Quero dizer ao Senador Moka que nós tivemos oportunidade de ser liderados no Congresso Nacional em 2005/2007, agradecê-lo pelo apoio constante que tem dado ao setor. Cumprimento também o nosso Senador e Governador do Estado de Mato Grosso nosso líder Jayme Campos, a Senadora Ana Amélia e também o Senador Ruben.

Eu não vou fazer uma retrospectiva. Eu tinha me organizado para fazer uma explanação, até porque o que o Rodrigo apresentou é muito parecido com o que nós temos, com os dados que nós temos do Ministério da Agricultura.

Nós queremos ser diretos, objetivos e não nos alongar, Senador, para colocar algumas posições que nós estamos encaminhando pela SPA. Nós estamos propondo agora, para o Plano Safra principalmente deste ano, Senadora, a ampliação principalmente do Programa ABC, que é um programa extremamente importante, que está dando certo no Plano Safra anterior e que vai ampliar, Senador Moka, os recursos de R\$3,7 bilhões para R\$7 bilhões.

A proposta da SPA foi muito bem discutida com o setor. E é importante ressaltar que nós estamos discutindo, Senadores, com a base. Está aqui a OCB, está aqui a CNA. Nós fizemos uma ampla discussão tanto na Região Sul do País, com audiências públicas. A Senadora, em alguns momentos, pôde



nos acompanhar; em outros momentos, técnicos e assessores nos acompanharam. Assim como fizemos na Região Centro-Oeste, em Goiás, vamos fazer na semana que vem no Mato Grosso do Sul, dia 10, a convite da Federação do Mato Grosso do Sul. Fizemos no Mato Grosso, sempre com foco muito claro voltado para essas questões da agricultura sustentável.

Ampliação dos recursos para plantação de floresta, contemplando por produtor até R\$3 milhões. Isso é importante que se diga, porque isso vai contemplar com taxa de juros de 3% em alguns programas com cinco anos de carência e até 15 anos para pagamento. Isso vai dar a condição para o produtor fazer a reestruturação da sua propriedade e, conseqüentemente, para trazer para a sua propriedade resfriadores de leite e, em alguns casos, até a agroindústria de pequeno porte.

Dentro desse contexto, nós estamos discutindo e propondo, por meio da política agrícola do Ministério da Agricultura, a flexibilização inclusive das questões, desburocratizando a questão ambiental, e das licenças, para que a pequena agroindústria possa funcionar efetivamente para dar segurança à produção e também rentabilidade para o produtor que está lá no campo, aumentando a taxa de assistência técnica de 2% para 2,5%. E é importante.

Eu quero abrir um parêntese para essa questão: nós estamos discutindo muito na Casa Civil a implantação da agência de assistência técnica para o País. Eu conheço isso. Eu sei como é que funciona, e os técnicos da SPA tem um sentimento muito forte no sentido de que não basta você dar o crédito, não basta você viabilizar por meio da flexibilização dos recursos e também das licenças se você não tem um produtor qualificado e preparado, com assistência técnica. E essa discussão está avançando muito.

Nós assumimos a SPA em janeiro. O que nós procuramos de imediato fazer é nos integrarmos com o setor para que o setor possa gerar as demandas e fazer do Ministério da Agricultura, na época liderado pelo Ministro Mendes e agora também liderado pelo nosso Ministro Antonio Andrade, que nos deu suporte e está nos orientando bastante para seguir nessa discussão, para que a base efetivamente possa ter acesso e nos orientar ao que é de fato necessário fazer para as coisas acontecerem para o homem do campo.

Nesse sentido, Senadores, nós gostaríamos também de pedir e sabemos do compromisso que o Congresso Nacional tem e do trabalho que foi feito para votação do Código Florestal. Mas não adianta só nós votarmos o Código Florestal se efetivamente nós não conseguirmos fazer a regulamentação dessa importante legislação que é importante para o nosso País.

Nesse sentido, nós estamos também, Senador, fazendo uma discussão. Estamos indo agora para o Nordeste. Alagoas é um dos Estados que nós queremos ir ainda na primeira quinzena do mês de abril, para discutir essas práticas da produção brasileira, as linhas de crédito e também algumas específicas no caso do Pró-Irriga, que é extremamente importante.



Nós estamos trabalhando com uma proposta ainda não fechada, mas aceitando e conversando com o setor, porque, nas diversas regiões do País, as demandas são diferenciadas pela questão regional. Para o Nordeste brasileiro, principalmente, a questão da irrigação é extremamente importante.

Será aumentado o recurso para R\$1 bilhão para as pequenas propriedades, com prazo de 15 anos e com cinco anos de carência, com uma estruturação de um projeto bem feito com assistência técnica, com um subsídio, para também a garantia a renda. O seguro é importante, mas a garantia de renda é tão importante ou até mais importante do que o próprio seguro. É um entendimento que nós temos, que a SPA, que a equipe técnica tem. Nesse sentido, nós estamos discutindo bastante.

Quero dizer aos Senadores que nós efetivamente estamos à disposição não só do Congresso Nacional, mas também estamos à disposição de todo o setor. Estamos procurando fazer um trabalho integrado. Nós temos muitos mecanismos, Senadores, que podem ser melhorados, que podem ser aprimorados. A política agrícola do nosso País caminha muito forte para dar essa sustentabilidade na questão do crédito, na questão da armazenagem, das questões regionais, como a irrigação, que é extremamente para o Centro-Oeste brasileiro, a integração lavoura/pecuária. Nós aprovamos um programa para a região, principalmente para a Região Sul do País, no que diz respeito às culturas de inverno, com aumento de R\$60 milhões para R\$90 milhões do seguro agrícola, dando os mecanismos e os orçamentos para garantia de preço e para rentabilidade do produtor.

E agora nós estamos trabalhando no sentido de efetivamente fazer com que o setor possa ser amparado pelo Governo Federal no sentido de produzir cada vez, de gerar emprego, porque o nosso País é essencialmente agrícola. A grande mola propulsora da economia brasileira, que gera oportunidade, que dá renda para as pessoas é a agricultura. Basta nós olharmos, Senador, o nosso Centro-Oeste brasileiro. Quantos e quantos milhares de nordestinos que estão indo para essas regiões e estão tendo oportunidade de vida?

Então, a obrigação do Governo é nesse sentido. Não vou me alongar. Nós estamos aqui para mais para escutar, para fazer um programa realmente que contemple as pessoas que trabalham no campo.

Muito obrigado. Estamos à disposição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar pela iniciativa os proponentes desta audiência pública e todos os expositores. Vim acompanhando também pelo rádio os que falaram e eu só queria pedir permissão ao Presidente, aos Senadores, porque, às 9h30 exatamente, o Chanceler Antonio patriota estará na Comissão de Relações Exteriores. E o Presidente da Cadeia



Produtiva, o Rodrigo – a quem muitas vezes já entrevistei quando das outras crises, porque o setor vive periodicamente numa crise – mencionou a história de temporariamente fazer a suspensão das importações da Argentina e do Uruguai.

Eu soube que há um estoque de leite em pó no Uruguai que não é compatível com a produção do país. E poderia haver uma suspeita de que isso é leite que vem de outros países, de terceiros países. Então, eu só queria indagar qual é o papel que o Itamaraty faz, porque eu queria provocar o Chanceler sobre o papel que o Itamaraty está tendo. É claro que essa é uma medida econômica do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, mas eu queria apenas uma palavra do Presidente se o Presidente Benedito assim entender procedente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Rodrigo.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Senadora Ana Amélia, nós não temos notícia de triangulação nem da Argentina nem do Uruguai.

A avaliação que temos é que o Uruguai tem crescido expressivamente a sua produção, cresceu nos últimos três anos a 20%, a 18% ao ano, focado em 200 milhões de consumidores brasileiros, claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está produzindo para o Brasil.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – O Uruguai tem pouco mais de quatro milhões de habitantes. Então, quando ele produz dois ou três bilhões de litros, ele abastece o seu país. E o consumo interno do Uruguai é acima de 215 litros por habitante/ano. O nosso é 175. E sobra um volume expressivo para exportar.

A maior indústria uruguaia é a Conaprole, é uma cooperativa. É a maior indústria. Não é a maior indústria de laticínio. É a maior indústria do País. Então, a senhora imagina o que isso significa de poder do setor leite perante o país, tendo ele a maior indústria do país.

Então, entretanto, a CNA está num impasse, porque nós somos os maiores defensores de livre mercado. Nós vivemos brigando com os Argentinos quando fecham a nossa fronteira para entrar fruta brasileira, para entrar a carne suína. E o Brasil vive brigando com os argentinos quando não permitem a entrada de eletrodomésticos da linha branca, de peças automotivas. E agora nós nos fechamos a esse mercado.

Por isso é que a CNA, depois de 20 anos liderando essa discussão com relação às importações de leite, quer agora focar na competitividade do setor, para que as importações não entrem porque nós somos mais competitivos e não porque nós queremos defender o nosso mercado. Essa é nossa linha de ação.

Mas temos aí um acordo valendo com a Argentina, foi feito agora em janeiro, 3.600 toneladas de leite por mês. O Ministério da Agricultura tem nos ajudado mantendo as importações do Uruguai também nesse patamar, porque os argentinos viviam reclamando de que a trava às exportações argentinas para cá fez com que aumentasse as exportações uruguaias para cá.



Então, por uma questão de bom senso, se está regulando dessa forma as importações uruguaias, mas o nosso foco quer ser a partir de agora proativo. Nós queremos criar competitividade para o setor brasileiro, para que nós possamos ser exportadores, não importadores de leite. Que as pessoas não consigam colocar leite aqui dentro, porque o leite dele vai ser no máximo o mesmo preço.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. José Carnieli, Presidente da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Obrigado.

Quero saudar o Senador Benedito, e, em nome dele, saudar os demais Senadores; demais companheiros da Mesa, colega Rodrigo Alvim, Gustavo, Elisabeth; satisfação em revê-los; os demais convidados, o nosso Diretor Executivo do G100; o meu amigo Fábio do MDA.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui participando desta audiência.

Senador, eu gostaria de não me alongar, ser muito objetivo e quero apresentar aos senhores algo prático, algo que tenho certeza que funciona.

Srs. Senadores, com todo o respeito, a gente precisa descer do pedestal e parar com muita demagogia, com muito discurso e ser pragmático. Nós estamos aqui para buscar solução para a cadeia do leite ou nós estamos aqui mais uma vez para ficar nos debates e não chegarmos àquilo que realmente precisamos.

Essa é uma situação que me preocupa, com toda a modéstia. Eu sou um produtor de leite; logicamente, que eu não dependo da atividade leiteira para sobreviver, porque tenho a minha atividade profissional, mas sou, como produtor, especificamente, produtor de leite e a minha propriedade é de cinco alqueires, no Espírito Santo, são 25 hectares.

Eu sou de uma cooperativa do norte do Espírito Santo, região da Sudene, nós estamos numa situação de seca violenta na região. Violenta! Então, evidentemente, o Brasil tem várias microrregiões – Rodrigo Alvim já disse isso. É preciso observar essas realidades brasileiras, não adianta discutirmos aqui generalidades; não se aplicam generalidades na atividade leiteira no Brasil. É preciso olhar de forma pontual, separada, para que a gente possa realmente definir algumas políticas, algumas propostas de atuação.

Evidentemente, existem algumas coisas que são genéricas, mas tem particularidades que não podemos colocar na generalidade.

A nossa cooperativa, eu estou Presidente do G100, uma associação jovem, em torno de oito ou nove anos, é uma associação que congrega pequenas e médias cooperativas e indústrias de laticínios. Nós alternamos, à frente dessa



associação, um ano o mandato é das cooperativas, noutro, é das empresas privadas.

Hoje temos participação de empresas e cooperativas em 22 Estados da Federação, temos em torno de 140 mil produtores que são ou fornecedores ou cooperados da cooperativa. Tenho uma participação ativa dentro da OCB, porque faço parte da OCB, pelo conselho da OCB estadual do Espírito Santo, tenho frequentemente participado aqui, estive recentemente com o Secretário, o Neri, na OCB aqui de Brasília.

Eu quero focar um ponto da minha cooperativa. Eu quero ser prático, porque acho que a solução é pela prática. Lógico, o Rodrigo Alvim enfocou muito bem e a gente não precisa voltar a essas considerações que são legítimas, são legítimas, que são verídicas. O trabalho da Embrapa, Elizabeth, é digno de se tirar o chapéu. Parabéns! Eu já dei os parabéns ao nosso Presidente. Um trabalho digno de se tirar o chapéu. Está na revista *Leite e Derivados*, se não estou equivocado, de junho ou julho, de novembro ou dezembro, não tenho certeza, mas no final do ano, digno de tirar o chapéu. Parabéns! É um dos melhores trabalhos que já vi em termos de pesquisa dos dados da atividade leiteira no Brasil.

A nossa cooperativa está fazendo, neste 30 de abril, 60 anos. A nossa cooperativa não vende um litro de leite para ninguém. Ela produz 100% em produtos. Agora, pasmem os senhores, essa é uma constatação da Embrapa, retratada aqui pelo Rodrigo, 89,5% dos nossos cooperados produzem até 200 litros de leite/dia. Se nós traduzirmos isso, os nossos cooperados são 1.100, acima de 89%, que vai dar 11,5% de 1.100, temos apenas 126 produtores que produzem mais de 200 litros. Só que esses 126 produtores entregam na cooperativa 44% da produção do leite dela. Ou seja, os 89,5% entregam 56%.

Se eu dividir a minha cooperativa em duas, de um lado colocar os 89,5% e, do outro, 126 e for vendê-la, senhores e senhoras que estão aqui presentes: qual delas os senhores e as senhoras comprariam? *(Pausa.)*

Eu não tenho dúvida, eu compraria dos 126, porque quem manda e quem define as coisas no Brasil e na atividade comercial são custos. Então, ao pendurar – desculpem a expressão – 89,5% dos nossos cooperados na cooperativa de pequenos produtores, não há preço de leite que resolva essa equação, porque o custo disso aí é absurdo. É absurdo!

Eu quero mostrar que temos solução, é fácil, mas, infelizmente, existem variáveis que não estão na mão das cooperativas, não estão na mão das indústrias de laticínios, não estão na mão da CNA, da OCB, do SEBRAE, que é um parceiro fantástico no processo. Quando eu falo CNA, estou falando principalmente do Senar, da OCB, do Sescop. Eu acho que não temos como avançar em melhoria da atividade leiteira se não considerarmos estes três elos aí: a Embrapa – desculpa, a Embrapa é fundamental.

Então, eu quero ser pragmático e estou trazendo aqui, vocês podem dizer assim: “Você extraiu, está trazendo um extrato do que há de melhor na



Veneza". Não, estou trazendo apenas dois exemplos. Desses dois exemplos, eu coloco mais 114 e o propósito em nossa cooperativa é chegar a 300. Se chegarmos a 300, eu não tenho dúvida que, se a nossa cooperativa sobreviveu 60 anos, vai sobreviver pelo menos mais dez, porque a gente vive no mercado aberto.

Hoje, o que nós precisamos é caracterizar o pequeno produtor como empreendedor. Quais são os produtores que estão na atividade leiteira que querem empreender? Esse é o primeiro diagnóstico que temos que fazer, porque todos eles vão querer ser produtores de leite? Tenho certeza absoluta que não. Então, não adianta ficarmos discutindo situações aqui em que o cara, às vezes, quer levar dinheiro ou, desculpa, quer levar vantagem. Esse, automaticamente, está excluído.

Permitam, quero ser muito prático e muito rápido.

Por favor, o próximo.

Um dos empreendedores está aí: esta figura, juntamente com a mulher, mora na propriedade, trabalha ele e a mulher, e está a 12km da cidade de Nova Venécia, no norte do Espírito Santo. A 12km da cidade, Sr. Senador, e mora na propriedade.

A próxima, por favor.

Está aí. Esse senhor aí, chamado Eudes, vulgo Beguinha, tem 12ha de terra, 5,7 destinados ao leite. Repito: 5,7 destinados ao leite! Produziu, em janeiro e fevereiro, 680 a 690 litros de leite/dia. Entregando para a nossa cooperativa, ele teve um faturamento, ou seja, ele teve a receita, em janeiro, de R\$20.210,30, e, em fevereiro, R\$19.239,12.

Se nós considerarmos esse valor – vamos colocar aí R\$20 mil – e que tenham sobrado, miseravelmente, 30% líquidos... Vamos dizer que 70% ele queimou. Se botarmos 30% líquidos, esse casal tirou líquidos R\$6 mil. Pagou 100% de tudo o que precisava pagar. Eu pergunto aos senhores: qual é o produtor, o miniprodutor, qual é qualquer profissional ligado a baixa profissão que teria R\$3 mil de salário líquido no mês? Qual? São seis, mas estou dividindo por dois. Estou dividindo metade para a mulher e metade para o marido.

Isso está lá no norte do Espírito Santo. E está à disposição.

O Dr. Fábio está aqui. Ele visitou, há 60 dias, há 30 dias, esteve nessa propriedade. E o Wilson, nosso diretor executivo, também esteve. Para ser preciso, no dia 20 de março, ele esteve nessa propriedade.

Porque temos desafios aqui, Sr. Senador, e desafios graves que precisam ser resolvidos. Agora, a solução não está na mão da cooperativa, não está na mão da CNA, não está na OCB, não está na Embrapa. Os senhores são Senadores, representam o povo do Brasil, são responsáveis por traçar as legislações ou corrigir as legislações, as distorções que há neste País. Então, algumas coisas precisam ser feitas.

Próximo.



Outro está aqui. E, para mostrar que ele mora na propriedade, porque os senhores poderiam duvidar... Mas a Veneza sabe, dos 1,1 mil, quantos deles residem na propriedade, quantos não residem na propriedade. Esse número está à disposição do senhor.

Outro casal. Mora na propriedade. A casa é muito boa, até ar refrigerado tem. A do outro também – desculpe, Senador, não está aí, mas está à disposição do senhor. Também mora na propriedade. Mora muito bem na propriedade. Também são vizinhos de terra. Por isso que eu trouxe o Fábio, e o Wilson esteve, porque eles dividem a propriedade, um do lado do outro.

Esse é dono de 12ha de terra, 4ha destinados ao leite. Produziu, nos meses de janeiro e fevereiro, em torno de 500 litros/dia. Teve uma receita, no mês de janeiro, de R\$14.586,00, e, no mês de fevereiro, R\$13.829,62. Se considerarmos, novamente, a mesma conta – 30% sobraram líquidos –, teriam sobrado R\$4,5 mil líquidos. Dividindo isso por dois, são R\$2.225,00 para cada um.

Eu desafio os senhores de que a grande maioria dos brasileiros não ganha R\$2.225,00 líquidos por mês. A grande maioria. Não vou falar em termos percentuais, porque não tenho esse número. Mas é possível levantar isso com muita facilidade.

Então, mora e não tem interesse de sair da propriedade. Agora, nós precisamos criar condições que possam permitir que esses casais continuem morando na propriedade, porque, naquele levantamento, hoje, 18% da população brasileira, no Brasil, moram no meio rural. E, se continuar no ritmo que estamos, daqui a pouco não será 18%, será 10%, será 5%, e esse é o caminho. Conheço muito pouco dos Senhores aqui, mas qual dos Senhores reside no meio rural? *(Pausa.)*

Como o nosso pequeno produtor é visto? Como é recebido no meio urbano? Como é tratado no meio urbano? Qual é o crédito que o pequeno produtor ou trabalhador do meio rural tem? Certo?

Próximo.

Está à disposição dos Senhores, não vou me ater, mas o seguinte: esses dois senhores aqui... Um dos maiores desafios está aqui: financiamento. Um deles, inclusive, iniciou a atividade, vendeu tudo, porque o financiamento venceu e ele não tinha dinheiro para pagar. A única maneira que ele encontrou para pagar foi “bom, preciso vender tudo para pagar”. Precisamos mudar essa situação de juros para o pequeno produtor. Estou falando, aqui, do pequeno. Não adianta ir, ali, no banco, arrumar um empréstimo de 3 anos que não resolve. Temos que dar condições de ele crescer, fazer renda e, depois, amortizar o financiamento.

Custeio da pecuária e assistência técnica. Temos que criar assistência técnica que chegue ao produtor, porque senão ela vai ficar no meio da estrada. Esses produtores que estou mostrando aos Senhores, aqui, têm uma assistência técnica permanente, mensal, constante.



Programa de melhoramento genético. Quem produz leite precisa de gado leiteiro. Não é gado preto e branco, porque gado preto e branco é muito fácil ter. Precisamos é ter gado que produza leite.

Programa de fornecimento de insumos. Isso aqui é um dos maiores desafios do norte do Espírito Santo, porque não existe leite se não tiver suplementação mineral, suplementação da ração, porque o leite entra pela boca. Então, se não tiver, é complicado.

Próximo.

Energia. Aqui, Sr. Senador, mora o perigo. Rodrigo Alvim destacou a questão da qualidade. Desafio todos os Senhores que estão aqui: vocês podem produzir o melhor leite do Brasil, se não tiver energia para manter esse leite na propriedade até ser recolhido, não há qualidade que se sustente. O maior desafio desse produtor, Senador, é a energia. A variação da energia nossa, no Brasil – desculpem-me os Senhores –, é uma brincadeira! Então, não se tem resfriador ou ordenhadeira que funcione. Se não equacionarmos isso, Sr. Senador, não há produtor que vá produzir leite. Ele vai fazer o que com o leite dele, depois de ordenhado, se ele tiver condição de ordenhar? Temos que nos debruçar em cima disso. É uma equação fácil de resolver? Não é, mas precisa ser, se não resolvida, minimizada, sob pena de esses produtores saírem da atividade.

Manutenção de estrada. Senador, o Senhor pode buscar o testemunho desses dois produtores que estão aqui. Quando chove, o leite só sai da propriedade dele em cima de burro. Se tivesse no Nordeste, seria no lombo de jegue. Como é que fica a qualidade desse leite, desses produtores, nessas condições?

Agora, não será a cooperativa que resolverá essas duas equações. Não será, Sr. Senador! A Veneza, a nossa cooperativa, outras cooperativas, outras indústrias, são parceiras para equacionar isso. Essa equação não está na nossa mão, mas somos parceiros.

Intensificação de programa. Não existe como melhorar leite se não tiver melhoria de genética.

Implantação de pastejo intensificado, que é o caso deles.

Recuperação de pastagens, irrigação, correção de solo, e tudo mais.

Próximo.

Bom, tenho só três para apresentar aos Senhores. Agora, o que mais esses dois produtores precisam é energia, estrada e insumo para alimentar a vaca leiteira.

Vou mostrar um caso para os Senhores.

Esse é um projeto que foi desenvolvido com recursos do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, chamado Bandes.

Próximo.

Era um projeto integrado espelhado na situação de Santa Catarina, região de Concórdia, naquelas empresas e cooperativas de lá. Esse projeto, aqui,



é chamado de Granja A, porque teria que ter uma Granja B, Sr. Senador, só que a cooperativa, enquanto esteve no controle dessas duas empresas, que eram duas coligadas, só conseguiu construir a Granja A. Faltou a Granja B. O Governo do Estado do Espírito Santo, através de um grupo chamado Geres – Grupo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, tendo como agente financeiro o Bandes – Banco de Desenvolvimento, impôs que a cooperativa saísse do controle dessas duas empresas para que pudesse ser construída a Granja B por um controle de pessoas do setor privado. Portanto, isso foi feito.

Próximo.

E, para que esse projeto funcionasse, tinha que haver uma fábrica de ração. Então, quando a cooperativa vendeu as duas empresas para o grupo privado construir a Granja B, a fábrica da ração ficou na mão da cooperativa, porque eles não tinham interesse em comprar a fábrica. Esse projeto, enquanto esteve na mão da cooperativa, funcionou por dez anos, Sr. Senador, e eu desafio qualquer um dos senhores a ir ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo para ver se tem lá um centavo de dívida da nossa cooperativa, enquanto esse projeto esteve na mão dela. Não tem, Sr. Senador, nenhum centavo de dívida. Agora, vá lá hoje e levante qual é a dívida do grupo que comprou essas duas empresas da cooperativa. E essas duas empresas estão há cinco anos fechadas, abandonadas, só existe a estrutura de parede. Essa fábrica está lá parada e abandonada.

Levamos o Dr. Fábio, porque nós temos interesse de fazer uma única coisa nessa fábrica para os nossos pequenos produtores. Temos que enaltecer e elogiar o trabalho da Conab, digno de tirar o chapéu. Agora, pasmem os senhores: aqueles dois produtores que eu apresentei não têm onde moer o milho. O grande desafio deles, Sr. Senador, é como moer o milho. Os moinhos que podem moer esse milho estão parados dentro dessa fábrica, e não permitem moer o milho desses pequenos produtores, porque existe uma legislação no Brasil, que, não sei por que cargas d'água, essa unidade aqui – porque não é pela cooperativa. Eu criei uma associação e transferi isso aqui, num regime de comodato, para essa associação, para que ela pudesse atender o produtor sem ter uma relação comercial. Pois, pasmem os senhores: até hoje eu não consegui. A única coisa que o produtor quer fazer aqui, Sr. Senador, é moer o milho, porque ele só quer o farelo, ele não quer a ração pronta. Esta, ele quer fazer na propriedade dele, de acordo com a receita que o técnico define para ele. O desafio dele é moer o milho; o resto está resolvido.

Próximo, obrigado.

A nossa cooperativa está à disposição dos senhores, esses produtores estão à disposição de qualquer um dos senhores que queiram visitá-los e constatar qual é a realidade deles e as dificuldades.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Carnieli por sua apresentação. Realmente, isso é um incentivo para que as pessoas possam se organizar em cooperativas. Eu acredito que é o caminho, principalmente para esse setor.

Na sequência, concedo a palavra agora à Dr^a Elizabeth Nogueira Fernandes, representante da Embrapa, nesta oportunidade.

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Obrigada, Senador.

Quero agradecer em meu nome e em nome do Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Lopes, a oportunidade de estarmos aqui para discutir as ações necessárias para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite. Saúdo o Carnieli, amigo e parceiro, o Rodrigo Alvim, nosso Secretário, o Neri Geller, amigo particular, o Gustavo, os colegas de Alagoas, colegas do Sebrae, da Câmara Setorial do Leite e da CNA. Prazer em revê-los.

Eu vejo que, cada vez que eu saio de um encontro deste, eu saio mais confiante, porque eu vejo que nós estamos em um momento de amadurecimento institucional muito grande.

Vocês vão perceber a convergência do que foi dito aqui, do que foi apresentado pelo G-100, do que foi apresentado pela CNA e do que agora vou apresentar em nome da Embrapa. São altamente convergentes todas as ações. Nós estamos olhando pelo mesmo lado. Então, isso mostra que nós estamos num grande barco, remando para o mesmo lado e que nós vamos, com certeza, conseguir colocar esse setor leiteiro no rumo que ele merece estar pela importância que ele tem para o Brasil.

Por favor.

O Rodrigo já falou desses números, que mostram a pujança do nosso setor e comentou por último que nós temos um consumo. Então, todo esse aumento de produção tem se refletido em consumo interno.

Por favor.

Esse consumo tem aumentado gradativamente, e nós estamos muito próximos do que os outros países mais avançados consomem *per capita*, que são 200 litros, o que a FAO recomenda. Então, isso tem refletido num consumo interno bastante elevado, garantindo saúde ao consumidor brasileiro.

Por favor.

O Rodrigo também falou dos empregos gerados, mas é bom salientar que, dos 4 milhões de trabalhadores que estão envolvidos nessa cadeia do leite, 3,8 milhões estão no setor produtivo, no setor primário. A indústria e o transporte são responsáveis por outros 200 mil empregos. Isso tem colocado o segmento do leite em primeiro lugar no *ranking* de empregabilidade do setor privado.

Por favor.

Para cada um milhão demandado de leite e derivados, são criados 197 empregos, gerando uma renda de R\$1,06 milhão. Isso mostra a importância



dessa cadeia. Nós não estamos falando de qualquer cadeia. Ela está acima, na empregabilidade, de cadeias tradicionais, como máquinas e equipamentos, construção civil, material elétrico.

Por favor.

Além disso, ela movimenta 1,5% da produção nacional bruta. Isso representa 16% da indústria de alimentos e está na ordem de R\$50 bilhões.

Por favor.

Nós vamos dar um *zoom* no setor produtivo. É necessário – para que a gente fale de ações estruturantes para o setor produtivo – que a gente entenda o que é que marca esse setor, quais são as características marcantes desse setor.

Por favor.

Primeiro, a produção de leite ocorre em todo o Território Nacional. Só 36 Municípios dos 5.500 Municípios brasileiros não produzem leite. Então, ele está disperso em todo o nosso Território.

Por favor.

Lógico que nós temos uma área de concentração. De 75% a 80% do leite estão nessas regiões, mas ele está espalhado por todo o Território Nacional.

Por favor.

A segunda característica é que não existe um modelo, um sistema produtivo. Há quem diga que 1,3 milhão de fazendas poderia, cada uma delas, ser um sistema de produção diferente.

Por favor.

Então, nós temos produção de subsistência, produção de base familiar, semiintensiva, produção intensiva e produção especializada.

Por favor.

Se a gente pudesse resumir isso em cinco sistemas de produção, há uma variação de menos de 50 litros por dia, ou seja, uma média de quatro litros vaca/dia, até mais de três mil litros dia, representando uma média de dezessete litros vaca/dia.

Uma outra característica desse setor é essa nova estatística lançada pelo IBGE, que mostra – eu vou fazer o recorte em cem litros – que 91% dos produtores estão abaixo de cem litros/dia. E que, se a gente considerar até 200 litros, 97% dos produtores de leite do País produzem até 200 litros. Somente 3% produzem acima de 200 litros/dia.

E hoje nós temos 69% desses produtores vendendo leite, inseridos no mercado.

Por favor.

Em questão de qualidade da matéria prima, ela é muito variada. Nós temos uma matéria prima que a gente tem que... Foi muito agradável ver o Rodrigo falar de um grande programa e elencar a qualidade como primeiro lugar. É isto que a gente tem que fazer: colocar a qualidade do produto em primeiro lugar. Estamos fazendo uma espacialização da qualidade do leite no País.



Tomando como exemplo só a contagem total de bactérias, nós vemos aqui todas as áreas onde nós temos problemas sérios, e bastariam questões higiênicas para poder colocar esse produto em condições de estar seguindo a Instrução Normativa nº 62. Então, a qualidade do produto é variada e nós temos que prestar muita atenção a isso.

Outra característica marcante, por favor, é o grau de instrução desses produtores. O último censo mostrou que, entre analfabetismo e um nível de letramento rudimentar, nós temos 80% desses produtores rurais do campo. Então, ao pensarmos em levar a tecnologia para o campo, nós temos que levar em consideração essa variável.

Por favor.

Assistência técnica, outra característica.

Por favor.

O censo mostra que 78% dos produtores nunca receberam a visita de um técnico. Tecnologia nós temos, muita tecnologia, adaptada aos biomas, adaptada às diversas condições locais. O problema é que essa tecnologia não está chegando ao campo. Então, nós temos que fazer com que essa tecnologia chegue ao produtor.

Por favor.

E, por fim, a infraestrutura no meio rural, que foi salientada pelo amigo Carnieli.

Por favor.

A infraestrutura no campo sem estrada para escoamento, sem energia elétrica, sem acesso a redes, à Internet vai de encontro à qualidade do produto. Nós não podemos fazer políticas de qualidade do leite se essa política não for somada a políticas de garantia de escoamento, de garantia de energia elétrica no campo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em que lugar é essa foto?

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Essa foto é fantástica, não é? É chocante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas...

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – É real.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas poderia dizer onde é?

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – É em Minas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Minas.

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – É. Perto de Ipanema, um municípiozinho de Minas.

Por favor. *(Pausa.)*

Vizinho, isso, próximo ao Espírito Santo. *(Pausa.)*

Não é São Paulo. *(Risos.)*



O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Podemos avisar ao Senador Aécio Neves, que foi Governador e...

A SRª ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Por favor, pode passar.

Só que a gente tem que estar atento a algumas questões também. Nós estamos num momento de grande atenção ao meio ambiente. Nós não podemos esquecer dos nossos compromissos com a garantia dos recursos naturais, nós não podemos esquecer que nós estamos vivendo um momento de pressão, por causa do aquecimento global, nós estamos vivendo um momento de necessidade de apresentarmos uma pecuária de baixo carbono, uma agricultura de baixo carbono, de melhorarmos os fatores de competitividade.

O que o Rodrigo falou com muita propriedade é isto: temos que nos tornar competitivos. Temos que melhorar custo de produção, barreiras, qualidade, segurança da matéria-prima.

Capacitação e qualificação. Não só dos produtores, mas os técnicos de assistência pública e privada precisam ser capacitados para levar essa capacitação até o campo.

Incorporação de tecnologia e inovações ao sistema de produção. Rodrigo falou que aumentar de 50 para 100 ou de 100 para 200 é pouca tecnologia e que essa tecnologia só não está chegando ao campo.

Mas nós temos como referenciais, e não podemos nos esquecer deles, o Código Florestal, a IN nº 62, que fala de qualidade, e o novo Riispoa.

Por favor.

Então, o que a Embrapa tem para apresentar de propostas estruturantes, e algumas já estão sendo conduzidas em projetos estratégicos e outras sendo criadas, são esses sete programas: qualidade e segurança do leite, qualidade das pastagens, qualidade genética animal, saúde, bioenergética e sustentabilidade, formação e qualificação profissional e fortalecimento. Isso foi o que o Rodrigo falou, isso foi o que o Carnieli falou, ou seja, nós estamos batendo na mesma tecla, e isso é muito importante. Essa é a saída para o setor.

Por favor.

Nesse Programa Nacional de Qualidade do Leite, o grande objetivo é assegurar a comercialização desse leite dentro dos padrões legais de segurança para o consumidor. Então, temos que apoiar os programas que já existem e garantir a qualidade do leite; estruturar uma base de dados para tomada de decisão – aquela sistematização que estamos fazendo, georreferenciando os dados de qualidade do leite, que vai dar um embasamento muito grande para que ajamos no local onde está tendo problemas; estruturar o laboratório de monitoramento dos indicadores de qualidade; criar rede brasileira de análise de risco químico em alimentos; incentivar a adoção de técnicas de ordenha higiênica; avaliar e acompanhar sistematicamente a aplicação da IN nº 62 e convencer indústrias e laticínios na implementação de um programa de pagamento de leite



por qualidade – para o produtor arcar com o custo de uma qualidade melhor, a indústria tem que entrar com ele remunerando por essa qualidade.

Por favor.

É aquela análise que estamos fazendo. Vamos fazer não só a análise especializada de contagem de células somáticas e bacterianas, como também da composição do leite também. Então, vamos poder trabalhar em regiões onde precisamos aumentar o teor de sólidos, onde a composição do leite precisa ser melhorada.

Por favor.

No Programa Nacional de Melhoria de Qualidade de Pastagem, o grande objetivo é elevar a produção e a produtividade por área. Estamos com muita área com mais de 80% das pastagens brasileiras degradadas. Temos esse programa ABC, que tem colocado muito dinheiro, e é um grande programa para recuperação de pastagens. Precisamos dar incentivos e aumentar cada vez mais isso. A nossa pecuária é uma pecuária sustentável porque é baseada a pasto.

Incentivar estudos na produção de fertilizantes nacionais alternativos aos importados; melhorar as qualidades das pastagens com apoio à fertilização e calagem; disseminar, incentivar e cultivar as forrageiras adaptadas ao clima tropical e incentivar a adoção de técnica de manejo intensivo de pastagem.

Por favor.

No Programa Nacional de Melhoria de Genética, o aumento de produção é por índice de produtividade por animal. Isso é o que buscamos. Então, temos que disseminar técnicas de inseminação artificial, de transferência de embrião, de fertilização *in vitro*; apoiar as associações de criadores a ampliar os testes de progênie, que já existem; incentivar avaliação genética de rebanhos.

Por favor.

Temos, como disse, um grande compromisso com essas questões ambientais que o País está vivendo, que o mundo está vivendo. Nós vamos poder fazer isso com um grande Programa Nacional de Bioenergética. Nós poderemos dar um grande salto tecnológico na mitigação dos gases de efeito estufa e nos tratamentos de efluentes, na medida em que avançarmos nos estudos de bionergéticos, ou seja, qual é o aproveitamento da energia dos alimentos e a emissão de gases por manejo, por pastagem, por raça, por tratamento. Temos que caminhar nesse sentido e criar a primeira tabela de composição de alimentos para clima tropical. Ainda baseamos a dieta dos animais em tabelas importadas de clima temperado. Pretendemos, em cinco anos, ter essa primeira tabela de alimentação de gado em condições tropicais.

Então, incentivar a utilização de subprodutos ou coprodutos como alternativa na alimentação animal; incentivar técnicas de mitigação de gases de efeito estufa; incentivar adoção de práticas de integração de lavoura, pecuária e floresta; incentivar a aplicação de técnicas de compostagem e recuperação de mananciais de água.



Por favor.

No Programa Nacional de Saúde, o objetivo é fortalecer o sistema de defesa agropecuária nacional; padronizar e unificar as bases de dados do sistema de defesa agropecuária; georreferenciar as áreas de riscos sanitários, sobretudo nas regiões de fronteira; incrementar programas de erradicação de febre aftosa, brucelose, tuberculose, para que nos tornemos exportadores de leite; implantar sistema de vigilância epidemiológica no controle da mastite; implantar sistemas regionalizados de controle estratégico para endo e ectoparasitas.

Por favor.

E, penúltimo, um Programa Nacional de Formação e Qualificação Profissional. Nós precisamos atentar para isso. Nós temos que levar tecnologia ao campo. Temos que capacitar os técnicos das cooperativas dos laticínios, os técnicos de extensão pública, para se poder chegar ao campo com tecnologia apropriada. Nós temos de aumentar o nível de instrução dos produtores de leite por meio deles.

Nós temos uma juventude, e nos preocupa se elas vão fazer a sucessão no campo. Sucessão no campo, hoje, é um dos temas mais debatidos. Ele vê o pai acordar de manhã, nessa luta todo dia, e prefere um trabalho assalariado, com carteira. Esse jovem se comunica por computador, por celular e nós precisamos fazer com que essas tecnologias cheguem na linguagem dele. Essa geração precisa de educação a distância, educação no celular. Nós temos já *softwares* prontos, temos plataformas para celulares, para iPads, para outros tipos de mídia, mas precisamos fazer chegar ao meio rural.

Por favor.

Por fim, o Programa Nacional de Fortalecimento, que estamos criando. Esse é um programa novo, cujo mapa está sendo criado em parceria com o MDA. Estamos chamando esse programa de Leite 100, porque abrange 80% dos produtores, mas vai avançar para Leite 200, 500 e 1000. Oitenta e um por cento dos produtores são familiares e estão dessa categoria. A cadeia produtiva mais importante para a agricultura familiar é a cadeia do leite.

Por favor.

Aí está a distribuição geográfica dos produtores com menos de 100 litros/dia. Cada bola que aparece no gráfico representa a junção de 10 mil produtores.

Por favor.

Então, o grande público desse programa que está sendo estruturado são os agricultores familiares com produção abaixo de 100 litros e com potencial de inserção no mercado.

Melhorar a eficiência na produção de leite nas unidades familiares com menos de 100 litros/dia, com aumento de renda. O que estamos querendo não é que eles cheguem a produzir 100 litros ou 200, mas que aumente a renda nessas propriedades, ampliando a produção, melhorando a produtividade,



reduzindo custos, melhorando a qualidade do alimento e, com a nossa intervenção, promovendo um ambiente de negócio estável entre produtores e indústria, contribuindo para a segurança alimentar do País. Para isso, vamos precisar de uma ampla e grande articulação institucional. Isso não é uma política setorial, por isso nós precisamos que OCB, CNA, G100, que as indústrias todas estejam dentro desse programa, fazendo com que ele aconteça.

Em breve, teremos maiores detalhamentos desse programa, mas vejo que ele caminha em paralelo, agregando, somando as propostas da CNA. Não temos propostas conflitantes, mas propostas que se complementam. É muito bom sair daqui com essa impressão.

Por favor.

Como última mensagem, eu gostaria de deixar que os grandes provedores de leite para o mundo continuam sendo as nações que investem em tecnologia, para a ampliação da produtividade, e na melhoria da qualidade do produto durante todo o processo produtivo.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer à Dr^a Elizabeth...

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Única mulher...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sim. E foi muito boa a sua presença aqui, porque verdadeiramente a Mesa estava composta de homens...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E de homem feio!
(Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um breve requerimento ao Presidente Benedito de Lira.

Cumprimento, primeiro, pela extraordinária qualidade da exposição de todos que aqui, desde o início da manhã, e requeiro que, com relação à foto mostrada pela Sr^a Elizabeth Fernandes, possamos nós, Senadores da CRA, encaminhar ao Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, a foto da ponte na região da Zona da Mata. A senhora pode recordar o município?

A SR^a ELIZABETH NOGUEIRA FERNANDES – Com todo respeito, Senador, essa não é uma realidade só do meu Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, mas é um exemplo das dificuldades em infraestrutura para melhor transporte do leite nas áreas mais rurais e para que possa ser providenciado o devido conserto da ponte. Em vez de pedir ao Senador Aécio, façamos todos o nosso dever e obrigação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está certo. Obrigado, Senador Suplicy.

Como último palestrante, concedo a palavra ao Dr. Gustavo Beduschi, analista técnico econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI – Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer, em nome da OCB, a oportunidade de estar aqui e parabenizar a Casa por esta iniciativa. Cumprimento ao Senador Benedito e, em especial, ao Senador Moka, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, e assim cumprimentando os demais Senadores. Cumprimento também aos colegas de Mesa.

Vamos direto ao ponto, acho, mais importante desta manhã de trabalho. Como ressaltado pelo Senador Moka, a importância do cooperativismo no setor é grande. Os dados do censo do IBGE de 2006 mostram que 40% do leite brasileiro passam por uma cooperativa. Isso é um ponto inicial e fundamental. Este é um dado que muitos já falaram e é até bom, nesta hora, ressaltarmos.

É bom ficar por último, porque já vou pegando o gancho de todas as apresentações anteriores. Mas vamos lá. Aqui é a evolução. A projeção para 2012/2013, a OCB conversa muito com CNA e Embrapa para fazer. Então, é uma projeção tripartite. Mostramos que, de 2003 a 2013, o Brasil vai crescer praticamente 11,5 bilhões de litros. Isso é igual à produção da Argentina. O que o Brasil cresce em dez anos é igual ao que a Argentina produz anualmente. Esse é um dado que chama muita atenção, quando analisamos os dados do leite.

Por favor, próximo. Essa produção de leite brasileira tem crescido em todas as regiões, mas especialmente na Região Sul, que, em 2001, era responsável por 25% da produção brasileira e, hoje, já está em praticamente 32%, assemelhando-se ao Sudeste, em termos de participação na produção nacional.

Próximo. Como é que está a situação do produtor? Temos sempre falado muito. Se olharmos as coisas isoladas, não dá para fazermos uma análise muito boa, mas juntar as informações aqui trazidas. Esta linha vermelha pequena é o preço ao produtor levantado pelo Cepea, da USP. Olhando o gráfico só do preço, acha-se que está relativamente bom. Se olharmos os últimos anos, o preço está acima da média, que é a linha preta, é um dos melhores dos últimos anos. Porém, os custos, como mostrado muito bem pelo Rodrigo Alvim, subiram mais do que proporcionalmente aos preços e estão estreitando muito a margem do produtor, complicando muito a situação do produtor.

Próximo. Uma iniciativa da OCB, do sistema cooperativista de há muito é sempre tentar levar o máximo de informações às cooperativas. Temos algumas iniciativas em parcerias com a Embrapa e com a USP, com o Cepea, para levantamento de preços ao produtor, análises desses preços e preços dos derivados.



A iniciativa mais recente do sistema cooperativista foi um dos fatos mais inovadores: ter o primeiro indicador diário de preço para o segmento leite, que não havia até então. A partir do final de 2009, começa a ter um indicador diário do leite UHT, o leite longa vida, como maneira experimental e, depois, em 2010 e 2011, foi consolidado esse indicador, tanto que a BMF, em alguns momentos, já mostrou interesse de conhecer melhor esse indicador, talvez para, no futuro, operar em Bolsa.

Aqui, a linha azul é o comportamento desse leite UHT diariamente na transação no atacado, ou seja, que a indústria vende para os varejistas. Este é o comportamento dos últimos anos em valores nominais e aqui o que está acontecendo nos últimos tempos, agora. E os pontos vermelhos são preço ao produtor, ou seja, o UHT tem uma forte correlação com o preço ao produtor. Ele explica muito. Daí veio a assertividade do sistema cooperativista em parceria com a Embrapa e Cepea, e escolher este para ser o indicador. O maior dispêndio das famílias brasileiras em lácteos se dá em leite longa vida, dados da pesquisa de orçamento familiar do IBGE. E aqui mostra também que ele tem uma forte correlação. Ele explica muito o preço ao produtor. É muito importante acompanhar esses cenários e ver o que está acontecendo.

Próximo.

Como foi falado também, temos que ver que as margens para indústria não são tão satisfatórias quanto já o foram; estão se apertando também. Aí a gente vê, olha o que nós fizemos: fizemos uma relação, dividimos o preço do leite UHT no atacado pelo preço ao produtor, ou seja, o que é vendido pela indústria do que ela compra do produtor. Essa relação vem caindo fortemente nos últimos anos, de 2006 a 2013. Olhem a queda. Está ficando mais difícil! Vejam o preço que a indústria está pagando ao produtor com relação ao que ela está vendendo. Isso ocorre porque ela tem uma pressão do preço ao produtor, mas também tem pressão do outro lado, do varejista, que complica essa relação para ela também.

Próximo.

Olha o que a gente vê analisando com dados do Dieese: que a margem da indústria, das processadoras, aqui estão englobadas as cooperativas e as indústrias mercantis, as empresas mercantis, era de 20% em 2006 e fechou 2012 com 11%. A margem do varejista, que era 19%, praticamente igual, hoje está em 33%. Isso mostra que quem está ficando com essa fatia não é a base produtora, que vai falar da processadora da agroindústria para trás, é lá na ponta. Isso nós temos que analisar. Foi muito falado aqui, mas tentamos colocar um pouco de número nessa questão.

Próximo.

Foi mostrado também o outro lado, que o Brasil não tem que ficar restrito ao mercado interno. Nós participamos do mercado internacional, o Rodrigo muito bem mostrou as passagens, quando começamos a ser superavitários. O



melhor ano que tivemos foi o ano em que se iniciou a crise internacional. Aí tivemos um azar também. Veio a crise internacional, o recrudescimento das políticas protecionistas no mercado importadores, quem era tradicionalmente estabelecido conseguiu se manter, o Brasil perde espaço, há uma desvalorização do real frente ao dólar – vou mostrar mais à frente – forte e rápida, o Brasil perde competitividade no mercado internacional e nós passamos a ser grandes importadores. Isso aqui o Rodrigo mostrou.

Próximo.

O que a gente discute também – mais um *click*, por favor – é que, além das importações, do dispêndio com as importações estarem aumentando fortemente, até porque os preços internacionais mudaram de patamar nos últimos anos – nós vamos mostrar um pouco à frente –, as importações em equivalente leite, aqui está em milhões de litro de leite, ou seja, o ano passado importou-se mais de um bilhão de litros de leite, isso é preocupante. As importações estão crescendo vertiginosamente. Dois mil e quatro foi o primeiro ano em que fomos superavitários na balança, 350 milhões de litros de leite; no ano passado, mais de 1,3 bilhão de litros de leite. A preocupação está aqui, nesse crescimento.

Próximo.

Aí vem a questão – pena que a Senadora Ana Amélia não está aqui – das importações de leite em pó, que é o principal produto comercializado internacionalmente, no Brasil não ia ser diferente. E aqui como estão os nossos “principais” – entre aspas – provedores deste produto, o leite em pó: Argentina e Uruguai, nossos vizinhos, e como vem vindo o comportamento deles nos últimos anos.

A média de 2010 da Argentina foi 2,7 mil toneladas/mês, do Uruguai, 1,2 mil. Em 2011, 3,7 mil, 3 mil. Em 2012 – aí que foi a grande virada, que o Rodrigo muito bem citou, que a Argentina sempre nos coloca nos momentos de negociação: “Vocês nos limitam e liberam o Uruguai” –, Argentina: 3.343, praticamente a cota que eles tinham e estava tudo certo; Uruguai: 4.800. Se a gente pegar os dados do Uruguai com a fonte Instituto Nacional de La Leche do Uruguai, esse 4.800 representam 60% a 70% do leite em pó produzido naquele país que vieram para o Brasil, corroborando aquilo que o Rodrigo falou, eles estão crescendo para exportar para cá. E aí que temos que saber nos posicionar. Em 2013 só há dados de janeiro e fevereiro. A média da Argentina deu 2.300 e do Uruguai, 2.700, mas em forte queda nos dois aqui. Aí temos que ressaltar as ações do Ministério da Agricultura e tudo o mais nesse contexto também.

Próximo.

Como eu falei, o real teve uma forte valorização frente ao dólar. Houve uma desvalorização aqui, mas isso é normal em várias moedas no mundo. A economia americana propiciou isso aqui. Ela teve que fazer isso como uma forma de tentar se reerguer. Isso foi um fato. O dólar, então, se desvalorizou frente a uma grande cesta de moedas. O real está entre as que mais se valorizou. E



agora, essa grande cesta de moedas também está tentando se desvalorizar frente ao dólar para tentar recuperar um pouco de ganho.

Próximo.

A projeção do *Relatório Focus*, do Banco Central, é que fique em torno de US\$2.00 para este ano, ou melhor, R\$2,00 por dólar a cotação média para este ano.

Próximo.

E aí o que temos de saber é aproveitar os momentos também. Este aqui é o gráfico da evolução do preço do leite em pó na Oceania, que é o principal *player* desse mercado – vamos lembrar, a Nova Zelândia está lá –, é o maior competidor nesse mercado, o maior jogador desse mercado. Há até uma cooperativa de lá, a Fonterra. E aí é o comportamento.

Primeira análise que se faz nesse gráfico: como falei, lá atrás, era um patamar de preços; muda o patamar de preços. Por isso que muda aquela relação de leite importado.

Aqui, foi um momento de grande problema no mercado internacional de lácteos que houve: uma queda nos volumes produzidos nos principais produtores no mundo e exportadores; baixa nos estoques mundiais também; uma elevação considerável no preço do petróleo, que, por sinal, tem uma forte correlação com o preço do leite em pó; depois, vem a crise internacional, cai, mas aponta aqui.

Na Oceania, está havendo esse pico aqui muito forte – o Rodrigo também mostrou, através de outro dado –, porque está havendo uma seca muito forte na Oceania. Os produtores de leite lá estão até antecipando a secagem das vacas e tudo mais, porque a seca está muito forte e o custo de produção está muito elevado também. Então, está aqui. Talvez seja o momento de tentarmos aproveitar, temos de saber aproveitar esses momentos de pico que vêm ainda pela frente.

Próximo.

Estamos trabalhando em um patamar próximo de US\$5 mil por tonelada para o leite em pó, na Oceania, e a Europa não está em um momento tão ruim, mas está em um patamar de cerca de US\$4.5 mil a tonelada – são os dois grandes referenciais para esse mercado.

Próximo.

Corroborando o que foi falado até agora, aqui para dentro do Brasil, na relação, principalmente, das cooperativas, temos ficado muito – temos até usado esse termo – com esse ônus social. O Carnieli mostrou, lá na cooperativa dele, grande quantidade de produtores com baixo volume por dia e os impactos que isso traz. Nós trazemos esse gráfico que mostra a produção, por produtor, por dia, em litros, nas várias empresas e cooperativas que estão no setor. E o que mais chama a atenção é que as cooperativas realmente estão ficando com esse



ônus, porque a média, na maioria das cooperativas, está abaixo de 200 litros por produtor por dia.

Isso é um fato que chama a atenção. Nós somos 40% do leite brasileiro, mas os 40% que estão sendo responsáveis por ficar com essa grande parcela dos pequenos produtores que está marginalizada. E é um ônus social que estamos levando à frente. Isso é um impacto muito grande, e temos de saber trabalhar com isso aí.

Próximo.

Já indo para as conclusões...

Próximo.

O que nós somos? O que as cooperativas são? O que nós, que estamos aqui representando, somos? As cooperativas, em muitos casos, são a única alternativa para a maioria dos produtores. O Carnieli pode corroborar isso. Nós sabemos disso. E, em muitas regiões, se a cooperativa não for buscar o leite daquele produtor, não há quem vá buscar.

As cooperativas são balizadoras de preços. Em regiões em que não há cooperativas, podem ver que o preço do produtor é mais deprimido. É fato isso. Mas as cooperativas também sentem essa falta de isonomia para a captação de recursos, em comparação com as empresas mercantis. Podemos citar a Itambé aqui. Recentemente, a Itambé, que era a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, por dificuldades, inclusive para captar recursos mais baratos, criou uma S.A. e vendeu metade da S.A. Foi a saída que ela encontrou. Não vou julgar o mérito, se foi melhor ou não, mas foi a saída utilizada.

Então, temos de nos preocupar com essa questão.

Próximo.

Em termos de políticas públicas, o que nós temos que fazer? O que nós pensamos? Há que se apoiar as ações de Ater – Assistência Técnica de Extensão Rural, mas, ponto fundamental, corroborando com tudo que foi falado aqui na Mesa: há que se focar muito a gestão do empreendimento, da propriedade. Não adianta eu levar só o conhecimento de como se produz – melhor qualidade de leite, maior volume de leite. A gestão da propriedade, a gestão técnica e econômica dessa propriedade é fundamental para se ter êxito. Vai se levar tecnologia para ele. O que é, no fundo, tecnologia? É a melhor utilização dos recursos ali disponíveis: terra, animais e tudo mais. Então, ele tem que melhor gerir isso daqui para ter o melhor resultado.

Há necessidade, então, de se repensar, também, os aportes financeiros. E tem o caso da LBR, que o Rodrigo muito bem citou aqui. Como fazer esses aportes tão grandes? E a manutenção das medidas de defesa contra as práticas desleais de comércio, que já citamos, a Mesa já citou.

Para reforçar isso aqui, o que a OCB tem feito, tem posto em prática? A OCB, em parceria com a MDA e Apex, tem o Projeto de Promoção e Exportação de Lácteos. Parece uma coisa meio utópica no cenário que estamos



falando, mas temos que pensar e, além das medidas conjunturais, agora, temos que pegar alguma coisa estratégica, para frente. Este é justamente o intuito desse projeto: preparar o setor, porque temos que buscar outros mercados, fora o mercado interno, que é grande consumidor. Temos que estar preparados para o mercado internacional, se pretendemos ser o grande produtor de leite do mundo. Temos que nos preparar para estar lá fora, ou seja, nos preparar para saber exportar, é o braço com a Apex, para saber entrar nesse mercado internacional; e o braço com MDA, para levar conhecimento para o produtor para que eu melhore a qualidade e aumente o volume de leite produzido para atender a essa demanda que vai para o exterior.

Acho que meu tempo acabou, mas agradeço a oportunidade e espero ter colaborado um pouco mais com essa audiência.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito De Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Gustavo.

Encerrada a participação dos debatedores, abrimos agora debate para os Srs. Senadores.

Senador Suplicy, que foi autor do requerimento, não se encontra.

Concedo a palavra, como primeiro Senador inscrito, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, ilustres Srs. membros convidados para debaterem importante assunto do leite, sejam bem-vindos a esta Casa, sobretudo pela exposição que fizeram.

Em reuniões passadas, nesta Comissão, tive oportunidade de me associar ao pensamento e às dores do Presidente desta Comissão, como produtor de leite – eu também o fui, tanto na bovinocultura do leite como na caprinocultura do leite em meu Estado. Sou um cidadão absolutamente decepcionado com o setor. No entanto, as manifestações de V. Ex^{as} me deram um halo de esperança. É possível encontrar uma solução.

Louvo as opiniões de V. S^{as}, todos, e chego à conclusão, pela exposição, evidentemente, dos Senhores e das Senhoras, de que as coisas todas se resumem em uma questão: no preço. Esse é o gargalo. Não adianta fazermos conjecturas sobre políticas futuras, o que se deve fazer e tal, sem esquecer a questão do preço.

Mão de obra, como V. S^{as} disseram, é muito importante, insumos são muito importantes, tributos, a situação deficitária das indústrias de laticínios e o crédito. Esses, pelo que V. S^{as} disseram, são os pontos fulcrais que devemos debater.

Eu ouvi muito, com muita atenção – como todos, aliás – o Dr. Rodrigo Alvim. Eu gostaria, sinceramente, que as propostas da CNA se tornassem realidade. Efetivamente reais. Mas sou um homem decepcionado, porque se



lançaram tantos e tantos programas, no curso de todos esses anos, e não se chegou a uma conclusão.

Para não me alongar, quero, ao cumprimentar V. S^{as}, dizer que sinceramente desejo, como um homem decepcionado no setor, que as propostas que V. S^{as} fizeram se tornassem realidade e não se constituíssem em um buraco negro na economia do nosso País.

Sr. Presidente, diante do que ouvi e do otimismo que os debatedores criaram em mim, ficarei por aqui, na sincera expectativa de que as propostas de V. S^{as} se tornem realidade neste País tão sofrido.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao eminente Senador Figueiró pela sua intervenção.

Eu concedo a palavra, agora, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; senhores convidados; demais Senadores e Senadoras, tomamos uma verdadeira aula, aqui.

Eu sou produtor também, sou pecuarista. Já fui tirador de leite lá atrás. Hoje, não sou mais. Meu pai. Eu já preferi não entrar nesse caminho, que é muito sofrido.

Entretanto, aqui, ilustre e valoroso Senador Ruben Figueiró, foram muito sintéticas suas observações. De fato, vamos esperar e torcer para que tudo o que foi dito aqui possa acontecer num futuro bem breve.

Ser tirador de leite, no Brasil, acho que é ser verdadeiro escravo. Particularmente, eu conheço o meu Estado de Mato Grosso e algumas regiões no Brasil, e não vejo tirador de leite em boa situação; a maioria quase absoluta é de falidos. Muito mal e parcamente conseguem comprar o arroz, o feijão, o óleo, o sal e o café para colocar dentro de casa.

Lamentavelmente, as políticas públicas deste País, para determinados segmentos de algumas atividades econômicas, têm tido essa prática. Todavia, conhecendo essas autoridades do setor, que fizeram belas explanações, temos um fato para se relatar. Só um fato, para não me prolongar mais, porque nós queremos ouvir.

Quando vocês falam em assistência técnica que é fundamental, na prática isso pouco ocorre. Já fui governador do meu Estado, o meu irmão já foi governador; sou Senador e já fui prefeito em três mandatos. E conheço o Mato Grosso, que é um Estado praticamente de dimensão continental, em que hoje quase a maioria das regiões mais distantes dos grandes centros é habitada por pequeno produtor, principalmente de assentamentos rurais. Eu acho que é um dos Estados que tem mais assentamentos rurais neste País.

O que se percebe é que falta assistência técnica. Lá, particularmente, é zero. O pouco que tem está funcionando mal e parcamente e não consegue nem ter um carro para trafegar nas estradas, que vão naturalmente das cidades para as propriedades rurais.



São precisos incentivos: fortalecer a assistência técnica. E, sobretudo, quando vocês falam aqui que melhoraram a produtividade, pelos números que eu vi aqui, olha, sem esse percentual aqui produzem 50 litros e no máximo 100 litros.

Vocês devem conhecer, tanto quanto eu conheço, a maioria, Senador Benedito. Porque eu ando de carro e conheço as regiões do Mato Grosso todinhas. A maioria dos pequenos produtores é aquela que vai lá e tira o leite de fato e fornece para as cooperativas, ou vende para o intermediário entregar para as cooperativas e não tem mais o pasto. Ou seja, estão totalmente degradadas as áreas. Onde não é embaúba é assa-peixe, onde não é assa-peixe é cupim, etc, etc. E não tem uma linha de financiamento.

Para nós aumentarmos essa produtividade, o primeiro passo é darmos a esses assentados pequenos produtores linhas de financiamento subsidiadas pelo Governo Federal, para eles comprarem o calcário, o fosfato ou o adubo e colocarem na terra; caso contrário, vai continuar esse mesmo índice de produtividade, o resto é conversa fiada.

É muito bonito falar aqui que a tecnologia nós temos que aplicar, etc., etc., mas o básico, para o cidadão, é que ele precisa ter uma linha de financiamento subsidiado. As pequenas propriedades têm um rebanho pequeno. Muitos comem esse rebanho: sangram uma vaca ou vendem um bezerro para sobreviver. É uma questão de subsistência. É para se alimentar. Eu imagino que isso não aconteça só no Mato Grosso. Em grandes partes do Brasil, na maioria absoluta, as condições são as mesmas. Então, precisamos melhorar a questão de políticas públicas do Governo Federal, seja conveniado com os Estados, com as prefeituras; caso contrário, não vai aumentar nunca.

A senhora disse aqui que, para exportação, é preciso isso e aquilo. Mas já é um pessoal – vamos ser claros aqui – que não tem grande grau de escolaridade. Você sabe disso. Quando se fala em iPad, base para telefone... É um pessoal que não tem grande escolaridade. O filho dele não quer ficar mais ali. Não! Ele vai para cidade. Ele prefere trabalhar em outro serviço, em outra atividade a ficar ali, sujeitando-se aos mosquitos, sujeitando-se, sei lá, à falta de transporte, à falta de preço digno, sujeitando-se a ser mordido por cobra, como o Senador está falando aqui. Então, é muito bom quando você vê essa apresentação aqui, de todos os senhores. Isso é lindo! Agora, precisa ser materializado. Se nós conseguirmos materializar 30% disso que está aqui, em um período de dez anos, nós vamos avançar significativamente. Eu vejo as dificuldades, porque eu tenho vizinhos e os conheço. Isso acontece em toda a região, em toda a região do Estado de Mato Grosso, e tenho certeza também que em outras regiões.

O preço do leite é muito barato! Vocês falaram aqui em R\$0,88, mais ou menos. Sabem a quanto eu vi o leite numa região chamada Juruena, no noroeste do meu Estado? A R\$0,52. O produtor rural não tem condição de



comprar um saco de sal para dar para o seu gado. Não tem! Para construir uma capineira ele precisa de quê? De pelo menos um tratorzinho. Ele tem que comprar óleo diesel, peças de reposição. Tudo é caro. Ele precisa da grade, etc., etc. Ele não vai ter nunca! Muitas vezes monta-se uma associação e nós, políticos, conseguimos para a associação um trator, com uma grade, uma carretinha; mas eles não têm dinheiro para abastecer o trator. Se a prefeitura não contribuir com um oleozinho diesel, ele não consegue abastecer o trator para gradear pelo menos uns seis, oito, dez hectares de terra. A terra já está totalmente degradada. Primeiro, o Governo tem que subsidiar, ou seja, financiar o calcário e o fosfato com zero de juros; caso contrário, não vai se aumentar nunca com o preço do leite. Sem uma política dessa, nós não vamos chegar nunca...

Não conheço a política da Argentina, do Uruguai, mas imagino que tenham algum subsídio. Além disso, comparando as terras da Argentina, em determinados pontos, com as nossas, elas são milhões de vezes melhores do que as nossas aqui. Não se usa adubo em algumas regiões da Argentina. No Uruguai, também não tem. Aqui, não. Você vai comprar uma tonelada de adubo aqui é R\$1,4 mil ou R\$1,5 mil. Você vai comprar uma tonelada de calcário para sua propriedade, dependendo da região, como são os casos que eu conheço, e paga R\$100,00 a tonelada, e às vezes essa terra ocupa quatro toneladas de calcário para recuperar o solo, ou seja, para acabar com a acidez da terra.

Quero ser aqui muito otimista, como sempre fui. Conheço bem a questão da área rural. Além de ser pecuarista, sou agricultor. Conheço bem a área. Esta discussão aqui, meu caro e valoroso Senador, foi muito oportuna, muito pertinente. Tivemos aqui aulas e aulas. Aprendi muito aqui. Conheço um pouquinho, mas nem tanto como V. S^{as} aqui, e quero crer que, através desta audiência pública, nós poderemos construir uma boa política pública, sobretudo para essa área em nosso País.

Concluindo, Dr^a Elizabeth, quando nós falamos da questão do efeito estufa, eu concordo, mas não podemos também aqui, e sou brasileiro, sou nacionalista, defendo literalmente o nosso Brasil, fazer mais do que nós estamos fazendo. O Brasil está hoje num nível de desenvolvimento sustentável invejável para o mundo inteiro. O que é preciso, na verdade, é que o Governo, num primeiro instante, busque a regularização fundiária deste País, porque são milhões e milhões de brasileiros que não tiveram ainda o acesso ao documento da terra. Essas mesmas pessoas, muitas vezes, por força, até para se alimentar, elas fazem algum desmatamento clandestino. Agora, preservar, mas do Brasil, não. São 62% do território nacional brasileiro que ainda estão preservados com cobertura vegetal.

Nós estamos dando uma lição para o mundo. Agora, nós, por outro lado, não podemos pagar tão caro diante, muitas vezes, de pressões internacionais que não querem que o Brasil seja competitivo em um setor, em nenhum setor. Você quer maior absurdo esse agora, trancou a exportação nossa,



o grupo chinês lá, de dois milhões de toneladas. Sabe por que é isso aí? Para eles chegarem impondo um preço aqui agora: “olha, o preço é esse, pega ou larga”. E nós não temos outros grandes compradores, vamos ter que nos sujeitar. Isso já é o jogo comercial.

Essa é a visão minha, essa é a visão minha, de maneira que eu acho que o Brasil preserva, há uma consciência nacional, uma consciência nacional de que nós temos que compatibilizar o seu desenvolvimento com a preservação. Entretanto, nunca, também, perdendo de vista o sofrido homem do campo brasileiro, principalmente o pequeno, que hoje não tem grandes acessos a linhas de financiamento, é sofrido, está pagando caro e alguns estão passando até por miseráveis, como é o caso dos assentamentos rurais. Dados da própria CNA, que fez uma pesquisa na maioria dos assentamentos no Brasil, constataram que vive em estado de miséria uma grande maioria daqueles que foram assentados pelo próprio Governo Federal.

Mas era isso, para concluir, e agradeço a V. Exª e espero que essa reunião seja a melhor possível.

Obrigado, Presidente e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Considerando que V. Exª provocou a Embrapa, eu concedo a palavra à Drª Elizabete.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Deixe-a responder, para não perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, com a palavra, a Drª Elizabete.

A SRª ELIZABETE NOGUEIRA FERNANDES – Obrigada.

Senador, eu concordo plenamente. Quando eu coloquei a questão do aquecimento global é porque eu acho que nós somos injustiçados com isso. Quando eles colocam, porque nós temos o segundo maior rebanho mundial, quando eles fazem aquela conta para o IPCC, para o painel de controle do clima, eles pegam o que uma vaca emite de metano, que é 23 vezes mais poluente do equivalente em carbono, e multiplicam pelo número de cabeças. Simples. Ele tira a vaca do sistema produtivo, que é à base de pasto, de árvores, e faz uma conta simples, quanto que ela produz. Se ela estivesse dentro do sistema produtivo, nós teríamos que contabilizar quanto esse sistema está capturando de carbono e fazer o balanço. Quanto que a vaca emite – porque ela emite, naturalmente, todo ruminante – e quanto que as pastagens bem cuidadas, as árvores, os sistemas de integração, eles absorvem. Eu tenho certeza de que seria um balanço zero a zero. Eu tenho certeza.

Agora, há muita campanha contra, contra a proteína animal. Então, nós temos que abrir os olhos e apresentar números. Nós temos que nos defender dizendo isso: “Nós não somos produtores de metano, nós não somos, nós temos um sistema sustentável”.



Então, eu concordo plenamente com o Senhor, quando eu coloquei ali, e obrigada pela oportunidade de estar falando isso, porque eu acho que a gente tem que desmistificar que a pecuária é a vilã nacional de emissão de gases de efeito estufa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr^a Elizabete.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar os expositores e, primeiro, me desculpar. Eu tive a oportunidade de ouvir meu amigo Rodrigo Alvim, o Neri, que já teve que sair, e ouvir uma parte da professora Elizabete e do Gustavo. Mas eu presido a Comissão de Assuntos Sociais e hoje tinha uma reunião da Subcomissão de Fonte de Financiamento da Saúde, e o Senador Humberto me pediu para que estivesse presente, porque era praticamente a instalação dessa Subcomissão o tempo que eu estive lá.

Mas eu acho, eu não sou um especialista e não sou produtor, nem de leite, nem de nada, não é? Eu sou um modesto médico e um professor, mas, ao longo desses 16 anos na Câmara e, agora, aqui no Senado, eu aprendi muito, sobretudo, como falamos, “de orelhada”, de ouvir, de falar.

Mas, na condição de Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, confesso que me aprofundi um pouco, porque tive várias audiências com as cooperativas e me lembro de que no ano passado ou retrasado, não sei bem, era um negócio absolutamente... A impressão que eu tinha é que ia quebrar tudo! Isso porque os preços que traziam do queijo, do leite nas gôndolas no supermercado eram menores do que o nosso custo de produção. Era um negócio completamente... Não tinha como sobreviver!

Penso que, daquela realidade para cá, realmente, é preciso constar que houve uma melhora. Realmente, houve.

E aí, Sr. Presidente, por mais que eu tenha tentado estudar, essa é uma das cadeias muito complexas, porque muita coisa influencia isso.

Eu vou começar dizendo algo e já vou me dirigir ao Rodrigo Alvim: os produtos lácteos, até bem pouco tempo – e essa é a minha pergunta ao Rodrigo Alvim –, eles eram de longe os produtos mais protegidos. Você não consegue exportar para o Canadá. Lá eles os protegem violentamente. Quanto à Argentina e Uruguai, Deus me livre!

Então, eu gostaria de saber como está isso, porque temos um país continental. Temos uma realidade no Mato Grosso do Sul, que não é um Estado com tradição em pecuária de leite. Mas, em determinada região do Estado, nós implementamos um programa de melhoria do plantel, com inseminação artificial.

Sr. Presidente, foi mexer um pouco – e isso já faz uns dez ou quinze anos – e nós inundamos a região com leite!



Então, eu sempre tenho essa preocupação. Quando nós estimulamos a produção, e a produtividade é importante, qualquer coisa que nós aumentarmos aqui, se não tivermos um mercado para exportar, vamos deprimir preço. Essa é a lei natural: se você aumenta a oferta, diminui o preço do produto.

E nós temos aqui um limiar de preço muito... É muito pequena a renda.

Então, essa é a preocupação que eu tenho. Eu não sei se o Gustavo tem isso ou se o próprio Carnieli tem isso. Como está essa questão da exportação? Isso porque, quando aumentamos a produção, temos de exportar, porque, do contrário, iremos deprimir preço.

Essa é uma questão.

A Embrapa – e aí temos uma distorção – gera pesquisa, gera conhecimento, mas a extensão rural, lamentavelmente no País, passou. Agora, está sendo recuperada. Desde 2003, há um esforço muito grande, e eu fui um dos relatores daquele projeto da extensão rural. Ela faz uma falta muito grande.

Então, quando ouço falar do conhecimento, Profª Elizabete, na realidade isso não chega ao produtor. Não chega mesmo! Eles continuam com as mesmas práticas.

Nós ficamos falando aqui de Brasília, mas a realidade lá na ponta é diferente. Eu acho que a Embrapa, o próprio Ministério da Agricultura teriam de ter um programa específico, sobretudo para esta questão, a extensão rural para o produtor de leite, para que isso chegasse a ele.

Nós temos colocado resfriador de leite, temos melhorado as condições no Mato Grosso do Sul. Eu, particularmente, tenho me empenhado nisso. Mas eu percebo que essa questão é fundamental: a extensão rural, fazer com que a geração, a pesquisa de novos conhecimentos chegue lá na ponta.

Eu gostaria de ouvir se há alguma sugestão, porque não adiante apenas eu ouvir aqui a CNA. Aliás, Sr. Presidente, quero abrir um precedente. Eu acho que, de imediato – e essa é a minha proposta –, que a Comissão de Agricultura do Senado, encampasse, junto com a Senadora Kátia Abreu, e eu sou suspeito porque sou muito amigo da Kátia. Mas é preciso reconhecer o que essa mulher fez pela Confederação Nacional de Agricultura, há muito tempo, Sr. Presidente. Não estou subestimando ninguém, mas a Kátia, sem sombra de dúvidas... Esse projeto que o Rodrigo Alvim apresentou aqui, como proposta, e que ela levou à Presidenta Dilma, isso, se implementado, Sr. Presidente... E, aí, eu acho que a Comissão emprestaria esse apoio político à CNA, à OCB, em conjunto. Isso aí não vai resolver, mas vai melhorar muito a situação da pecuária de leite no País. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Então, eu acho que essa é uma coisa, e eu sairia daqui com o seguinte: olha, vamos, juntos com a Senadora Kátia Abreu, aqui, a OCB, chamar o Márcio e o pessoal, e dizer: olha... E fortalecer essa proposta, junto a Presidência da República e ao Ministério da Agricultura. Eu acho que eu começaria por aí.



Ainda teria essa questão das cooperativas, Gustavo. Naquela nossa audiência, até o Ministro foi lá, eu me lembro que foi muito hostil aquilo tudo. E eu lembro que era o desespero mesmo das cooperativas. Quer dizer, tinha que haver alguma coisa de imediato para resolver aquilo, e não há.

Essa questão da Argentina e do Uruguai é um calo. Aí, é a velha história. Nós tínhamos que vender. Não estamos vendendo, mas a indústria, muito forte, quer vender automóveis e não sei o quê para a Argentina e o Uruguai, e nós temos que comprar alguma coisa deles. Aí, ficamos importando leite, sobretudo, essa questão. Eu posso estar enganado. Esse número do Uruguai está mascarado, porque eu não sei se o Uruguai tem essa condição com essa produção. A impressão que eu tenho é que outros países, eu não sei como fazem, colocam o leite através do Uruguai, para ser exportado aqui para nós. Eu queria ouvi-los a respeito disso.

Uma preocupação, Sr. Presidente. Insisto em dizer: nós temos que ter o nosso canal de exportação, porque eu tenho um receio muito grande. Um país continental como o nosso dá uma melhoradinha. Porque falam assim: você dobra a produção aqui e... Olha, eu tenho medo da questão do preço. É claro que esse é um desafio que nós temos que vencer, porque nós não vamos ser competitivos se nós não melhorarmos a nossa produtividade. Passa por isso. Mas aí eu quero saber: vamos produzir e, aí, vamos exportar para onde? Porque, insisto em dizer, há até pouco tempo, eu posso estar desatualizado, mas isso era de longe, o leite, produtos derivados lácteos eram os produtos mais protegidos que se tinha em termos internacionais.

Fico por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Moka.

Agora, concedo a palavra ao Alvim, para que ele possa fazer as...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Alvim, me permite? O senhor vai falar?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só para me inteirar melhor. Eu perdi parte da palestra também aqui, pelo fato de estar com o Senador Moka na Comissão. Ele fala da enxurrada que, eventualmente, se aumentarmos a nossa produção, vai enxurrar o mercado. O que eu quero indagar? Se a nossa produção hoje é suficiente para atender o mercado. Segundo: se é suficiente – eu sei que política externa, etc., a questão da balança comercial –, nós estamos importando do Uruguai e importando da Argentina. Efetivamente, nós temos hoje produção suficiente para atender o mercado interno brasileiro? E nós temos sobra para exportar?

Obrigado.



O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Eu queria aproveitar, antes de responder ao Senador Moka e ao Senador Jayme Campos, enfim, fazer um comentário geral sobre as colocações dos senhores.

Primeiro, queria corroborar com o Gustavo, quando ele mostra a queda da margem da indústria brasileira, e queria chamar a atenção dos nobres Senadores sobre a questão de cada vez mais estar se concentrando o poder do varejista neste País. Quando nós criamos a primeira CPI, quando a Assembleia Legislativa de Minas criou a primeira CPI do Leite, em Minas Gerais, no dia 28 de agosto de 2001, nós tínhamos seis grandes redes de supermercadistas no País. Hoje, nós temos três. Nós temos o Walmart que, ao comprar a rede Sonae, no Sul, e o Bompreço, no Nordeste, ele se tornou, de uma hora para outra, um supermercado com uma visibilidade, enfim, com uma penetração de Norte a Sul deste País. Temos o Carrefour e temos o Pão de Açúcar.

Essa pressão desse poder econômico, dessa rede varejista concentrada em cima de uma indústria, entre outras tantas que são fornecedoras dessa rede, da indústria de laticínios, certamente – como foi mostrado aqui pelo Gustavo – é o que está achatando as margens da indústria brasileira.

Isso é um risco. Se nós estamos pensando em crescer a produção na ordem em que estamos pensando e que temos certeza que vamos crescer, se esse projeto da Senadora Kátia Abreu junto com a Presidente Dilma acontecer, nós vamos ter o problema de ter uma indústria capenga, com dificuldades, com dificuldade de crédito, com dificuldade de, enfim, absorver o aumento dessa produção. Essa é uma das questões que eu queria colocar.

A outra é com relação à necessidade de assistência técnica e de uma assistência técnica que aconteça efetivamente. Por isso, a Senadora está fazendo um projeto de assistência técnica que será levado ao campo via Senar. O Senar tem uma capilaridade nacional com quase 2,4 mil sindicatos rurais espalhados por este País inteiro, nas 27 federações de agricultura que são filiadas à CNA e, portanto, quando a gente coloca à disposição dessa assistência essa estrutura, eu acho que nós poderemos ter muito mais facilidade de estarmos aonde precisamos estar do que com outras estruturas de assistência técnica que tivemos e que algumas delas fracassaram com o tempo.

Depois, eu queria dizer ao Senador Moka: como é que está a proteção? Continua a mesma. O leite é tido como um dos produtos mais sensíveis pelos países produtores no mundo. Existem aí tarifas de importação em alguns países pelo mundo afora que chegam ao absurdo de 130%, 200%, 400%. São países que protegem e protegem de fato a sua produção, que às vezes nem abastece o próprio país. Mas, quando o Brasil tenta discutir alguma coisa, ele não discute proteção, ele não quer reserva de mercado; nós queremos nos defender de práticas desleais de comércio.

Quando nós adotamos uma política de tarifas de *dumping* impostas às importações da União Europeia e da Nova Zelândia, nós estamos dizendo que



é inadmissível que o País importe subsídio. Quando a CNA foi peticionar, em 1998, de uma investigação de *dumping* ao Ministério de Indústria e Comércio brasileiro, nós sabíamos que os subsídios às importações europeias nas exportações para o Brasil eram absurdos. E nós comprovamos, através da investigação feita pelo Governo brasileiro, que o custo de produção de uma tonelada de leite em pó na Europa chegava a US\$5 mil a tonelada e, na época, era exportada para cá a menos de dois. Ou seja, o Tesouro da União Europeia diz à indústria: exporta, exporta pelo preço que você conseguir exportar; nós colocamos na sua conta o que preciso for para cobrir o seu custo.

Essa é, em grande parte, a realidade de algumas regiões produtoras de leite. E a Europa nem mais é, hoje, tão produtora assim, porque, com mais dez países do Leste Europeu se incorporando à União Europeia e tendo que abastecer esses países, ela está muito mais focada no seu abastecimento interno do que propriamente na exportação.

Mas, de qualquer forma, é o produto mais subsidiado que há no mundo: US\$49 bilhões por ano são subsídios diretos na veia dos produtores, e à exportação, às indústrias na Europa. Dos US\$300 bilhões de dólares subsidiados ao agronegócio, à agropecuária mundial, a Europa subsidia em US\$49 bilhões a produção de leite.

Então, realmente, essa é a nossa preocupação.

Outra questão, Senador Moka, que o senhor coloca, e que é muito pertinente, é com relação ao excesso de oferta.

A conta que nós fizemos ontem na CNA, e naturalmente que são contas muito empíricas, enfim, às vezes nós não temos muita estatística e temos dificuldade mesmo de mensurar as coisas, mas nós chegamos à conclusão de que talvez em cinco, oito anos, se todo esse programa for implementado, se a assistência técnica acontecer, se as linhas de crédito que nós estamos dizendo à Presidente da República que são necessárias para os produtores, enfim, conseguirem se adequar a uma nova realidade de uma produção com competitividade e sustentabilidade, se isso tudo acontecer, nós estamos imaginando que nós mais do que dobramos a produção de leite no Brasil nos próximos cinco ou oito anos talvez.

E de fato essa preocupação sua, Senador Moka, sobre o mercado, foi a primeira pergunta que fiz à nossa Senadora Kátia Abreu: “E o mercado?” Com certeza, antes de mais nada, antes de nós aumentarmos a produção dessa forma, nós estamos aumentando com competitividade, e aí nós estaremos aptos a exportar. Para quem? Para quem nós conseguirmos fazer um acordo sanitário. E onde nós vamos conseguir? Na Rússia, que nos obriga a ser isentos de brucelose e tuberculose para exportarmos para lá? Na União Européia, que nos obriga a tudo, não obstante eles terem a vaca louca? Então é difícil, esse mercado é difícil. Nós vamos ter que exercitar isso. O Governo brasileiro vai ter que ser muito



proativo. Vamos ter que ter o empenho de todos, vamos ter que ter a participação de todos.

O que nós estamos colocando para a Presidente da República é que o setor de produção primária vai fazer a sua parte se isso acontecer, se esse plano for em frente. Nós estamos com um projeto de treinamento pronto, de capacitação dos produtores, que é o convênio a que me referi, com o Sebrae nacional – já estão na conta da CNA mais de R\$20 milhões para atendermos esses 81 mil produtores nos próximos dois anos.

Se a Presidente Dilma, de fato, confirmar o que foi dito à Senadora, que, no plano agrícola que vai ser anunciado em maio, serão colocadas essas linhas de crédito especiais para a pecuária leiteira, direcionadas para algumas questões, focadas na produção de alimentos, focadas nas máquinas para a refrigeração do leite, para a ordenha, para o ensilamento, para a fenação, enfim, se essas coisas acontecerem, nós vamos dar um salto importante na produção de leite no País. Mas precisamos de mercado.

Se o Pelé, que foi contratado pela nossa CNA, e que vai hoje a São Paulo – a Senadora está reunida com ele –, tomar um copo de leite, levantar um copo de leite, ficar com o bigodinho branco, estilo a campanha americana, do Tchekhov, se isso tudo acontecer e nós aumentarmos o consumo brasileiro de 175 – como foi aqui colocado – para 200 litros, que é o mínimo recomendado pelo nosso Ministério da Saúde, mesmo assim nós vamos ter que exportar.

Então temos que fazer um esforço. A Senadora está convocando a cadeia produtiva de leite e derivados para fazer esse esforço. O setor de produção primária sozinho não vai alcançar todo o êxito que nós podemos alcançar se houver, enfim, governos, indústrias, cooperativas, produtores, todos de braços dados para, enfim, atingirmos as nossas metas. Mas certamente que é um desafio, e eu acho que é possível.

Com relação à tecnologia, que foi dito que está na prateleira da Embrapa, não está no campo. A Embrapa não tem nenhuma função, nenhuma missão de disponibilizar lá no campo, lá para o produtor, de fazer extensão rural. Não é missão da Embrapa. Eu acho que nós não devemos desvirtuar a missão da Embrapa, que é a pesquisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rodrigo, fui eu que falei, mas não é nesse sentido. Há que se gerar o conhecimento. Antigamente havia a Embrapa, mas havia a Embrater, que era uma empresa brasileira de extensão rural. Mas hoje a Embrapa produz...

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – E não há quem leve ao campo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí eu sei que a extensão rural é estadual.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Aí é que a Senadora Kátia Abreu está com a proposta de transformar o Senar. Além de capacitar os



produtores pequenos e seus empregados, também levar essa extensão e essa assistência. O regimento do Senar foi mudado há coisa de quinze dias, para que o Senar possa fazer também assistência técnica e extensão rural.

E esse é o grande projeto da nossa Senadora, Presidente da CNA, Kátia Abreu, é de colocar o Senar como uma ferramenta para disponibilizar o que a nossa empresa de pesquisa – Embrapa – faz para o produtor lá no campo. Esse é o grande projeto. O projeto é espetacular, é espetacular

O receio é o que vamos fazer com esse leite que nós vamos produzir, porque, se ele, de fato, pegar, nós vamos ter de vender leite aqui dentro, e vamos ter de vender leite exportando para outros países.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Depois da exposição do Dr. Rodrigo, eu gostaria de fazer apenas uma indagação.

Nesse projeto do CNA, os senhores falam em crédito. Eu gostaria de saber se há uma sugestão de percentual desse crédito.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Percentual de juros?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Juros.

Ou ele será totalmente subsidiado, como há em outros países?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não. Subsidiado ele vai ser, porque, quando você propõe...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – A zero?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não, a zero, não, mas, quando você propõe um juro de 2%...(Falha na gravação.) subsidiando em 4%. Então, é juro negativo. Na realidade, é juro negativo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr. Rodrigo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Será que o Estado não poder perder isso?

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Senador, a proposta foi feita à Presidenta e a Presidenta disse o que o senhor está dizendo: nós temos de criar linhas de crédito com juros praticamente zero. Então, estamos sugerindo um percentual, que pode ser menor. O percentual que nós estamos sugerindo, pelos exercícios que nós fizemos com a pecuária leiteira que nós conhecemos, ainda vai deixar para um produtor que tomar todo crédito que lhe for possível tomar, em função da produção de leite dele, porque nós fizemos cortes, em torno de 15% de margem de lucro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr. Rodrigo, eu queria apenas complementar. Eu fiz uma indagação para o senhor e o senhor não me respondeu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não. Eu não entendi. Então, desculpe-me.



O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não, não. Desculpe-me por não ter respondido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não me respondeu.

Eu só queria saber e fazer um complemento à sua fala, quando você fala da questão do supermercadista no Brasil.

Lamentavelmente, o que ele expôs aqui é uma realidade. Não é só no leite, é na carne, é no frango etc.

O SR. RODRIGO SANT'ANNA ALVIM – Não. São 16 mil produtos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Lamentavelmente, nós estamos concentrados hoje... Eu imagino dados, porque eu tinha uma indústria com quase 1.600 funcionários, que fui obrigado a vender, porque eu não ia me sujeitar a ser refém de supermercadista do Brasil. Hoje, temos aqui praticamente a concentração do volume, ou seja, o que se consome no mercado interno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por aí: 60%, 63%.

Então, vai ficar a vida inteira...

Como o senhor está dizendo que o Governo vai propiciar a campanha, através da CNA – Pelé bebendo leite –, e nós poderemos aumentar o nosso consumo aqui de 175 para 200. Não seria suficiente pelo fato de que, se aumentarmos na velocidade que é o desejo da proposta aí, eu acho que também teria de ser envolvido, nesse caso, o próprio Ministério da Indústria e Comércio ou coisa parecida, para acharmos outra formatação. Caso contrário, o que acontece hoje? O pecuarista não está ganhando dinheiro. Vamos citar o exemplo da carne bovina. Eu tinha uma indústria, produzia, exportava para cinquenta e tantos países do Planeta; eu exportava 88% do que eu produzia, e não era o suficiente, o efeito do câmbio, etc., aquela coisa toda. E carga tributária excessiva, para você não ir para a cadeia, tem de pagar imposto, tem de ser correto. Evidentemente, eu preferi vender que ficar no submundo do crime da sonegação. Feito isso, o que acontece? O pecuarista não ganha dinheiro. O senhor sabe que a maioria absoluta, absoluta, dos pecuaristas – não tem aquele que diz: “eu sou melhor que você”, mentira – está com a situação de muita dificuldade, pelo fato de que se montou também no Brasil outra máfia, que é a máfia da concentração do abate do rebanho bovino nacional, que está na mão de dois ou três. Isso significa algo parecido com 60%, 65% – é bom que V. S^{as} também tenham conhecimento disso. Se não bastasse que pecuarista não ganha, os frigoríficos não estão lá essas coisas – mas estão ganhando dinheiro agora, neste exato momento, estão ganhando muito dinheiro –, mas quem, de fato, ganha dinheiro é o mercadista. Se o senhor for a um supermercado hoje, o senhor pode chegar a pagar – eu vi, comprei, fui lá para fazer a prova – R\$68,00 numa picanha de, no máximo, dois quilos. Essa picanha é comercializada pelos frigoríficos que compram do coitado do miserável do pecuarista na faixa de R\$40,00 ou R\$42,00. O senhor calcule que



o dono do supermercado ganhou quase 50% em cima desse valor. Isso é um escárnio! Quem ganha é ele lá. Sobretudo, você tem de se sujeitar a isso, como você bem disse. Há oferta, e o preço quem dá é eles. O leiteiro que vai lá vender, ele vem de lá para cá, aplica-se uma regra que não tem quem suporte. E tem aquela velha história: ou você pega ou larga. Dizem: “Se você não quiser esse preço, vou comprar de outro, porque o outro está precisando.” Dois já querem, inclusive, dinheiro antecipado. É o caso das cooperativas, grandes parceiras. Algumas poucas estão capitalizadas, poucas que eu conheço. As demais também estão todas com dificuldade, como é o caso aqui da própria indústria do leite, que um chegou ao ponto de estar devendo um bilhão, e quer ser ressarcido do PIS/Cofins de 500 milhões, para tentar fazer uma meia sola lá, para evitar quebrar.

Então, a realidade que você está expondo aqui e é verdadeira. Alguma coisa tem de ser feita também. Mesmo com campanha do Pelé, com bigodinho de leite, não sei quem vamos envolver nisso, se é o Ministério da Indústria e Comércio... Quem vai ser? Sei lá! Abrindo butiques de venda de leite em determinados pontos deste País, em algumas cidades de grande concentração de população; caso contrário, vamos continuar com a mesma dificuldade.

Agora, quero ouvir a resposta de V. Ex^a em relação a minha indagação: se a nossa produção hoje é o suficiente para atender o mercado interno.

Muito obrigado. Eu já falei muito hoje aqui.

O SR. RODRIGO SANT’ANNA ALVIM – Eu não vou lhe afirmar que a nossa produção hoje seria suficiente. Como nós temos importação, e não tem leite sobrando, fatalmente que o que se está importando está consumindo e está fazendo parte, enfim, desse abastecimento interno. Mas o que eu posso te afirmar, sem medo de errar, é que, se não houvesse a importação concorrendo, nós estaríamos abastecendo o País. Nós temos capacidade de abastecer.

Outro dia, em 2008, o Brasil foi o quinto maior exportador de leite do mundo. Exportamos aí em torno de 2,5%, 3% da produção brasileira, o que não significa muita coisa. Mas, se exportamos, é porque sobrou.

Então, nós temos capacidade de abastecer. Se não estamos abastecendo, é porque está havendo uma concorrência que não nos permite isso ou não nos demandam produção maior para abastecer o País.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Carnieli, por favor, que pediu a palavra.

O SR. JOSÉ CARNIELI – O pessoal das transparências pode projetar a primeira transparência, por favor.

Senador Jayme e companheiro Moka, que estamos sempre juntos, eu acho que nós estamos aqui querendo tapar o sol com a peneira. Sinceramente, precisamos separar o joio do trigo. É lógico e evidente que existe uma série de situações conjunturais que precisam ser realmente analisadas, e isso não está nas



mãos, às vezes, das entidades que representam o segmento produtivo; está nas mãos de outras instituições.

Então, sobre certas coisas aqui acho que não vale a pena abrir o debate, porque elas são muito mais delicadas. E, na verdade, precisamos – desculpe-me – tirar algumas máscaras que nós temos neste País.

Então, a segunda. Isso. Pode parar por aí.

Senadores, vejam bem, respeito tudo que foi colocado aqui. É lógico, não estou aqui entrando em questões de importação, não estou entrando em questões se a produção nossa é suficiente. Eu quero apenas focar o que é o produtor de leite, do que o produtor de leite precisa.

Vejam bem, esse produtor de leite aqui não tem preocupação com relação a preço, não. Ele sobrevive numa boa. Agora, se formos discutir preço de leite aqui para cobrir o custo do ineficiente, aí não tem preço de leite que resolve, neste País e no mundo. Não é no Brasil, não; é no mundo, gente! Então, não existe preço para pagar a ineficiência de ninguém.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARNIELI – Não existe. Esse produtor aqui tem preocupação com a qualidade do que ele está produzindo? Nenhuma! Agora, as consequências que ele sofre por questões outras, ele não pode bancar isso não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe Carnieli, eu não tenho essa...No dia a dia, eu queria que você fosse até mais específico em relação a isso, porque a mim interessa ouvir. É claro que não estamos falando daquele produtor lá que tem... Estou tentando entender é o drama do produtor da cooperativa mesmo.

Lá no Mato Grosso do Sul, há um programa do Governo chamado Balde Cheio. Nós estamos fazendo uma irrigação, e é um parto para convencer o Ministério que cuida da irrigação de que você tem que dar pequenos volumes de recurso para irrigar pequenas propriedades, porque elas não querem fazer isso.

Recentemente, eu relatei aqui o projeto de irrigação nacional e fiz questão de destacar que o pequeno produtor precisa dessa irrigação com custo zero. E, com esse Balde Cheio, você irriga e ele tem uma produtividade muito maior.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Esse produtor aqui, Moka, é do Balde Cheio. A assistência técnica dele é Balde Cheio. Para o senhor ter uma ideia, ele é um dos escolhidos, no Brasil, para que o Artur Chinelato visite. O Artur Chinelato visita esse produtor lá na propriedade dele. Vai lá.

Agora, esse produtor aqui tem dificuldade de mercado de vender o leite dele, Senador Moka? Não tem, não. Sabe qual é a grande preocupação da cooperativa com esse produtor? Quem ajudou esse produtor a chegar aqui foi a cooperativa. Quem ajudou. Agora, busque qualquer empresa grande de leite no Brasil e veja se ela tem interesse de apoiar esse produtor? É tudo o que ela quer. Ela quer tomar esse produtor aqui da cooperativa, porque quem... Ela não investiu



um tostão nesse cara. Quem botou dinheiro para esse produtor chegar a isso aqui foram as cooperativas.

Agora, ele não tem dificuldade de vender o leite dele, não. Se a cooperativa falar que amanhã não pode pagar o preço, eu falo para o senhor aqui, há dez que compram o leite desse produtor aqui e pagam R\$0,10 mais caro do que a cooperativa paga, mas não dá um tostão a ele para ajudar na ração, para ajudar no transporte, para ajudar na irrigação, para ajudar com a assistência técnica. Não dá nenhum tostão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim, Carnieli. Mas aí é que eu quero entender. É exatamente isso que eu quero provocar nesse debate. Quer dizer, então, o grande problema nosso, ao produzir, é que as cooperativas não aguentam, por exemplo, a concorrência do varejista. É isso?

O SR. JOSÉ CARNIELI – Não. Veja bem, Senador Moka, nós temos que discutir quais foram os modelos que nós buscamos para o desenvolvimento do País. Então, foi colocado aqui, primeiro, o modelo de desenvolvimento do Brasil não é europeu. Com todo o respeito, os Srs. Senadores e outros mais aqui sabem, não foi essa a opção que nós fizemos no Brasil. Então, não adianta discutirmos o modelo europeu e trazê-lo para o modelo brasileiro, porque não é essa a opção brasileira. Então, por isso, eu falei que há outras situações que precisam ser colocadas na mesa. Nós estamos querendo tapar o sol com a peneira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas quais, então? Quais, por exemplo? Tem que ser específico.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Ok. Então, veja bem. Vamos para a França. Assistimos, recentemente, a uma produção de queijo no Estado de Minas Gerais, na região do queijo artesanal. Qual é a realidade daqueles produtores? Agora, vamos à França e vamos ver qual é a realidade dos produtores que produzem queijos na França. Isso. Qual é? E qual é no Brasil?

Agora, com todo o respeito, quem aprovou o Código Florestal no Brasil? Por que não aprovou um código florestal urbano no Brasil? Então, o produtor é vilão de tudo? Vocês querem discutir aqui que a situação do produtor passa por isso. Vamos ser práticos, gente, vamos tirar a máscara. Ou nós encaramos para realmente fazer as coisas mudarem no Brasil ou nós vamos ficar aqui numa discussão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Carnieli, você está fazendo um discurso... Ninguém defendeu mais o produtor no Código Florestal do que... Você sabe a luta que nós travamos aqui. Você sabe também que é possível aprovar aquilo que a sociedade permite que se aprove. Não dá para a gente também... Mesmo não sendo produtor rural, talvez eu tenha sido o Parlamentar, aqui no Senado, que mais se expôs nesse debate, não é?

O SR. JOSÉ CARNIELI – Sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu quero que você seja específico.



O SR. JOSÉ CARNIELI – Mas toda regra tem exceção, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, qual é a máscara que precisa ser tirada? Fale abertamente, porque você está fazendo um discurso genérico, e, se eu que estou no dia a dia não consigo entender, imagine quem está te ouvindo.

O SR. JOSÉ CARNIELI – Esse produtor aqui eu já disse. Do que ele precisa? Quem é que paga o custo da energia dele? É ele. Quanto custa a energia para o produtor rural? Um por cento da energia é consumida, no Brasil, no setor rural. Então, ele deveria ter energia subsidiada. Aquela ponte que a nossa Elizabete mostrou é a constatação dele. Então, isso passa por esse produtor.

Outra coisa é a assistência técnica dele. Quem é que está bancando a assistência técnica dele hoje? A cooperativa e ele. Nós estamos aqui falando de programas de assistência técnica, mas é preciso chegar a esse produtor a assistência técnica. Esse produtor paga... O custo da assistência técnica desse produtor é um salário mínimo por mês. A cooperativa paga 50%, ele paga 50%. Ele paga 50%, viu, gente? Esse e o outro também pagam 50%. A cooperativa ajuda na assistência técnica dele em 50%, ou seja, meio salário mínimo. Agora, qual é a outra empresa que nós temos que faz isso?

Ele produz a ração na propriedade dele, porque é muito mais em conta, fica mais barato; compra os insumos macro, ele é produtor pronafiano, tem o milho altamente subsidiado – aí eu acho que nós não podemos jogar pedra, pois a Conab tem feito um trabalho ímpar, fornece o milho a baixo custo. E qual é a dificuldade dele? Em moer, porque a legislação no Brasil só permite que ele moa isso na propriedade dele. Existe uma estrutura que poderia estar moendo milho para ele, mas peguem a lei com relação a fábricas de ração no Brasil e vocês vão ver se pode uma associação montar um moinho, Senador, para moer o milho para todos os associados dela. Não pode. Uma associação não pode moer o milho para os associados dela; não é nem cooperativa.

Outra coisa, quanto aos produtores que tiram leite no Brasil, nós temos situações culturais. Por exemplo, o produtor que tem uma propriedade e tira leite para a sua subsistência é um produtor de leite? Não, esse é um tirador de leite. Então, nós temos que ver quem é que realmente vai ser produtor de leite e dar condições para ele ser produtor de leite.

Não sei, Senador, se consegui ser claro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o representante da OCB, para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO BEDUSCHI – Queria agradecer a oportunidade, até pela conjuntura das perguntas que culminaram, de reforçar um dos trabalhos da OCB.

Foi muito boa a preocupação dos Senadores, inclusive a do Senador Moka, com relação ao que nós vamos fazer depois, aumentando essa produção. Temos que buscar outros mercados.



E mercados consumidores, Senador, não são só os europeus; eles são produtores e exportadores. Nós temos que pensar nos grandes compradores que, na verdade, não são produtores de leite, são compradores. Por exemplo, a Argélia, Angola, a Arábia Saudita, os países do Oriente Médio são grandes compradores de leite.

Em função disso, a OCB, em parceria com a MDA e com Apex, tem um projeto de promoção de exportação de lácteos, e a gente vislumbra que esse não é um projeto para 2013, 2014; é um projeto que a gente vai construir ao longo do tempo. E, ao mesmo tempo, a CNA e a parte nossa com a MDA estão construindo essa base produtora. Então, nós vamos aumentar e vamos já buscando, trabalhando onde colocar esse leite.

Nesse projeto com a Apex, composto por cooperativas e empresas mercantis, nós elencamos oito mercados prioritários, oito mercados alvo para trabalhar: Angola, Argélia, Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, Iraque e Venezuela. São todos grandes compradores de leite em pó, de derivados lácteos, e a gente tem condições de trabalhar para colocar melhores produtos. Então, nós estamos trabalhando nesse sentido também. Nós temos que aumentar, sim, a produção, mas já estamos trabalhando onde colocar essa produção.

O mercado interno vai continuar absorvendo grande parte? Vai, como é tradicional em todos os países, à exceção de Nova Zelândia. Agora, já estamos trabalhando onde colocar em terceiros mercados, e esse é um trabalho de longo prazo, não é para hoje nem para amanhã. Assim como o aumento da produção não ocorre em um ano, dois anos, vai ocorrer em cinco, dez anos, esse aí também, e nós vamos construir, pavimentar essa estrada para colocar nosso produto lá fora, trabalhando gradativamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srs. Senadores, acho que chegamos ao final de nossa audiência pública.

Eu gostaria de tecer pequenos comentários a respeito de tudo que foi dito aqui.

Realmente, Senador Moka, V. Ex^a tem uma vivência, apesar de sempre declarar que não é produtor nem pecuarista, mas é um dos mais aguerridos Senadores – e quando Deputado também – defensores do setor primário deste País. A agricultura lhe deve muito. Muitas e muitas ações que foram vitoriosas nesse setor tiveram a participação de V. Ex^a. Eu sou testemunha disso, porque fomos colegas lá na Câmara dos Deputados.

Na verdade, eu queria aqui homenagear os produtores de leite do Brasil. É aquele adágio que diz “tirar leite de pedra”. Se produzir leite nas regiões fartas deste País já é difícil, imagine, então, produzir leite no Semiárido do meu País!

Nós estamos vivendo um momento muitíssimo delicado. Há praticamente dez meses, não cai uma gota d’água na grande maioria do



Semiárido brasileiro. As informações do Instituto Meteorológico são as piores possíveis. Vamos encontrar uma terceira seca, uma atrás da outra. Os rebanhos, no Semiárido, estão sendo dizimados, estão morrendo os animais com fome e com sede. Realmente, neste País que se diz a sexta economia do mundo, não há um projeto de governo ou um projeto de Estado para socorrer essa região.

Em alguns Estados, com a água do subsolo, talvez, desse para se fazer um novo Rio São Francisco. Vou citar o Estado do Piauí, por exemplo. No meu Estado, passa o Rio São Francisco, que banha outros Estados da região. A 200m do lado direito e a 200m do lado esquerdo, em um ano, não há um copo de água potável para se beber. A indústria do carro-pipa continua agora muito mais incentivada. O País gasta bilhões e bilhões de reais com muitas outras coisas, mas, infelizmente, até hoje, ainda não saiu... E isso não é culpa do atual Governo, não, mas é culpa do Brasil como um todo, desde a sua descoberta. Sempre faço essas citações. O imperador brasileiro, na época do Império, para fazer demagogia – não foi outra coisa –, disse: “Vou utilizar a última pedra brilhante do meu chapéu para acabar com a seca no Semiárido brasileiro”. E a miséria continua!

Então, Senador Moka e meus prezados convidados, eu queria dizer que vamos procurar a Senadora Kátia. Já tive diversas conversas com a Senadora Kátia, que me disse, recentemente, que, numa conversa que teve com a Presidenta Dilma, a Presidenta Dilma tinha acenado com a possibilidade de olhar com olhos carinhosos para o setor produtivo do leite neste País.

O que acho interessante é que lá o cara pode fazer barreira, porque lá isso não é crime. Aqui, a gente não o faz porque isso é crime. Não se pode proteger a produção nacional, o produtor nacional.

Continho dizendo, ô Alvim e os senhores que têm vivência nessa atividade: como é que você pode emprestar dinheiro a pequeno produtor com juros de mercado? Tem de ser zero! Tem de ser alíquota zero, porque é dinheiro do povo, é dinheiro de imposto, é dinheiro do povo, é dinheiro nacional. Não se deve botar banco para financiar isso, não, porque banco não tem interesse nenhum nisso, muito pelo contrário, pois a mercadoria do banco é o dinheiro. Milhares e milhares de pequenos produtores deste País afora perderam suas propriedades e até suas bicicletas que usavam para ir para o trabalho; o banco foi buscá-las, porque o produtor não tinha como pagar. Como é que se pode pagar, Moka?

No Semiárido – vamos dar um exemplo –, tem de se traçar uma política agrícola diferenciada. E é isto que vamos fazer nesta Comissão: vamos trabalhar, Moka! Temos de aproveitar a vontade, a boa vontade, o entusiasmo, a dedicação e o compromisso de todos os companheiros que fazem parte desta Comissão, que reputo como uma das mais importantes Comissões desta Casa.

O Ministério da Agricultura, por exemplo, hoje, é um Ministério esvaziado, totalmente esvaziado. O Ministério da Agricultura não é mais o



Ministério que eu vi há 10 anos, há 20 anos. Com a política lá de dentro, parece que houve um esvaziamento total. É preciso que haja uma conexão entre o MDA, que, talvez, hoje, seja um Ministério mais forte do que o Ministério da Agricultura em termos de recursos orçamentários, e o Ministério da Agricultura, para que a gente possa, realmente, fazer esse tipo de trabalho para proteger, não; mas para dar condições a quem produz.

Quantos milhares de empregos há no campo, na atividade agrícola, na atividade leiteira, por exemplo? Cada tirador de leite ou produtor de leite que quebra, que perde seus animais, que deixa de produzir, são três, quatro, cinco famílias que ficam à beira das estradas, ou que vão para os grandes centros, para viver em favelas e encontrar o caminho da marginalidade. Então, há que se proteger esse setor. Por isso é que nós temos que fazer uma ação mais enérgica, cobrar mais do Governo, dar mais condições para que se faça um sistema cooperativista forte neste País, que é o caminho. É por aí.

Eu tenho um exemplo no meu Estado. Não é uma cooperativa de leite, mas uma cooperativa de produção de açúcar e álcool. A base de sustentação da economia do meu Estado de Alagoas era a cana-de-açúcar. Nós tínhamos cerca de 40 usinas. Hoje, estamos resumidos a 23; das 23, 20 estão praticamente quebradas. Não pagam o trabalhador rural. O que é isso? É porque eles não tiveram competência para produzir cana e fazer açúcar e álcool?

Há uma diferença entre produzir cana e açúcar, entre produzir cana no Estado de Alagoas e em Pernambuco e no Estado de São Paulo ou Minas Gerais. Há uma diferença estúpida! Em tudo. E nós já fomos, num passado não muito distante, o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil. É o penúltimo Estado da Federação concorrendo praticamente com o maior Estado da Federação, que é São Paulo. A mesma coisa nessa outra atividade.

Então, eu quero dizer que foi muito interessante a presença de todos os senhores aqui. Sobre a Embrapa, eu tenho dito, em todos os momentos em que tenho conversado a respeito, é uma das empresas mais decentes que nós temos nessa área de pesquisa. Agora, as unidades da Emater, estas, sim, deixaram de existir praticamente nos Estados brasileiros, que era quem dava assistência técnica ao agricultor, ao homem do campo. Infelizmente, a Embrater não conseguiu dar condições aos Estados para que as unidades da Emater continuassem. Há alguns Estados que estão ensaiando voltar. Mas é apenas um ensaio, porque, na prática, realmente, isso não está acontecendo.

Então, Moka, nós temos que fazer uma ação de apoio político e de cobrança ao Governo, para que possamos, realmente, proporcionar oportunidades de dignidade de vida para essas pessoas que querem produzir, que não querem assaltar; querem que se proporcione oportunidade para ele trabalhar.

Lamento profundamente. Infelizmente, é um fenômeno da natureza, mas eu tive uma expectativa e uma alegria quando a Presidenta Dilma, na visita que fez a Alagoas, para entregar 65 quilômetros do Canal do Sertão, que é um



pequeno Rio São Francisco dentro do semiárido, disse que é propósito do Governo repor o rebanho, que foi praticamente dizimado em muitos Estados do Nordeste e em muitas cidades do Nordeste. Foram dizimados seus rebanhos.

É provável que alguém já tenha visto. Por exemplo, apresentaram na TV Globo, num programa do canal rural, um criador, produtor de Pernambuco, andando pela estrada. Do lado direito e do lado esquerdo, só se viam carcaças dos animais dele. Todos morrendo. Mortos. Perdeu praticamente 80% ou 90% do rebanho.

Nunca! Como ele vai repor 200 reses que ele tinha? Perdeu 90%, e as outras estavam em dias de morrer.

É castigo da natureza? Não. É falta de política para se conviver com a seca. Acabar com ela? Nunca, mas a convivência com ela, sim, porque, em outros Estados do mundo, fizeram isso. Infelizmente, aqui, nós não fizemos isso ainda.

Por isso, eu queria homenagear esses bravos. Eu digo isso porque já passei por esse caminho. Sem ser, eu quis ser um grande – e eu estava dizendo aqui ao Alvim, Moka, que eu preparei uma vacaria com entusiasmo; quando eu vejo um úbere, como vi ali, mostrei até a ele ali naquele eslaide, quando estava passando o úbere de uma vaca, a coisa mais linda do mundo. Eu disse: “Vou entrar nesse ramo”. Entrei. Preparei uma vacaria. Tinha quase 400 vacas, tirando 5 mil litros de leite por dia. E, quando chegava no final de semana, eu precisava procurar saber onde é que eu buscar dinheiro para pagar a folha e os insumos. Então, saí do ramo. E as pessoas hoje insistem porque não têm outra atividade.

Então, eu queria homenagear todos os produtores de leite do meu País, na pessoa daqueles que se deslocaram de outros Estados e estão aqui. Mas eu queria destacar meu querido amigo e presidente da Associação dos Criadores de Alagoas, Domício Silva; André Ramalho, presidente do Sindicato dos Produtores de Leite do Estado; Henrique Soares, Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura de Alagoas; Alberton Cavalcante, representante da Secretaria de Agricultura e que foi um dos presidentes da nossa empresa de vigilância sanitária, vitorioso com relação à aftosa. O meu Estado estava fora, e hoje estamos aguardando apenas a decisão do Ministério da Agricultura para tornar o Estado livre de aftosa com vacinação, mas num esforço determinado, numa ação do Governo do Estado e uma ação permanente dos criadores do Estado. Então, eu queria prestar essas homenagens.

Homenageio também o nosso Marcos Fontes, que representa uma outra instituição parceira do setor primário que é o Sebrae; bem como Aldemar Monteiro, presidente da Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas.

Citando esses produtores – são todos produtores de leite –, quero homenagear todos os produtores e dizer: a esperança ainda está com a vela acesa, e nós vamos trabalhar na direção de encontrarmos os caminhos. E, como



disse o Carnieli: o setor terá de ter políticas de regionalização, setores diferentes. Produzir leite no Semiárido é diferente de produzir leite em São Paulo, em Minas Gerais; produzir leite no Mato Grosso do Sul é diferente, porque são regiões de características totalmente diferentes.

Então, eu queria agradecer à Dr^a Elizabeth pela sua bela exposição, trazendo aqui a esperança da Embrapa de continuar promovendo as pesquisas para orientarem os pequenos e os grandes produtores deste País.

Quero agradecer o Neri Geller, Secretário de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, que teve necessidade de sair para uma reunião com os secretários, para tratar exatamente do transporte do milho para as regiões da seca deste País. Ele está lá reunido com os secretários de agricultura do Brasil. Está aqui o representante dele, João Antônio Fagundes, a quem quero agradecer.

Quero agradecer ao meu prezado amigo e companheiro Dr. Gustavo Beduschi – nome importante – pela representação da OCB, extraordinária organização que cuida das cooperativas no País.

Quero agradecer ao Carnieli, presidente da Cooperativa de Laticínios Veneza. Gostei do seu entusiasmo, Carnieli. Realmente, o caminho, Moka, que nós todos temos que incentivar é o cooperativismo. Como acabei de dizer, eu dizia que havia cooperativas de leite no Brasil, como a do Carnieli, e, no meu Estado, há uma cooperativa de produção de açúcar e de álcool, a primeira do mundo – eu não conheço outra –, que é a usina de açúcar que não tem usineiro, tem trabalhadores: 1.100 colonos são donos da usina. Enquanto as outras estão passando por dificuldades, ela também passa, mas, pelo menos, está honrando o compromisso de pagar aos trabalhadores e pagar aos cooperados. E eles têm a consciência: quando chega o final do ano e se faz o balanço e dá lucro, eles não querem ter o lucro: eles mandam que ele seja revertido em benefício da estruturação da empresa. Porque ela hoje diversificou; ela hoje tem leite, suco, doces, açúcar e álcool. Então é um dos caminhos.

Agora, é preciso que haja política pública para essa atividade. E nós vamos – estive com a Kátia antes de ontem, conversando dessa audiência pública, e ela é uma entusiasta do setor, é uma guerreira, é uma companheira da melhor qualidade – nos juntar para que a gente possa, com a força da CNA, com o Sebrae, com a Embrapa, enfim, com todos os órgãos governamentais e não governamentais do setor primário para que a gente possa realmente ter produtores tendo dignidade de vida; educando a família com decência; tendo uma casa para morar; o seu automóvel para ir para a rua, para passear ou para ir para a feira e, ao mesmo tempo, tendo tranquilidade na sua capacidade de produção. E, cabe aos órgãos governamentais exatamente preservar, fazer com que as coisas possam acontecer.

Então, eu queria, ao encerrar esta audiência, agradecer a todos e agradecer a você, Alvim, porque você, realmente, a informação que nós tínhamos e que nós temos é de que você era o papa nessa área de leite lá na CNA e no



Ministério da Agricultura. Vamos precisar muito de você; nós vamos visitá-lo muitas vezes, porque é aquilo que nós dissemos no início desta conversa: não adianta fazer audiências públicas e ficar apenas nos dados filosóficos, ficar nas quatro paredes e não ter resultado prático para atender aos segmentos que vivem da produção neste País.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)